



Brasil!
ÁGUAS PARA VIDA
NÃO PARA MORTE!

**movimento dos
atingidos
por barragens**

MANUAL DO ATINGIDO





Brasil !

**ÁGUAS PARA VIDA
NÃO PARA MORTE!**

Esta é uma publicação do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, realizada com recursos da Fundação Ford
Textos: Carlos Vainer e Flávia Braga Vieira (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ) Colaboração: Paulo Brandi, Daniella Feteira Soares e Raquel Mattos Viana. Projeto Gráfico: Darlan de Carvalho Carmo Ilustrações: Latuff Fotolitos e Impressão: Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa/ADIA

Índice

1. Uma história de organização e luta (parte 1)
2. Uma história de organização e luta (parte 2)
3. Impactos sociais e ambientais de barragens
4. Setor elétrico brasileiro: uma breve história de “ligações perigosas” entre o público e o privado
5. Legislação ambiental brasileira: conhecendo um instrumento de luta
6. História da luta internacional contra barragens: ultrapassando as fronteiras nacionais para combater o inimigo em comum



UMA HISTÓRIA DE ORGANIZAÇÃO E LUTA parte 1

Neste caderno do Manual do Atingido vamos contar a história dos primeiros movimentos de atingidos por barragens que surgiram no Brasil em diferentes regiões e que depois de algum tempo foram se reunir no MAB. A história de cada um destes movimentos é ao mesmo tempo própria deles e também a história de todos os atingidos por barragem.

1) PRIMEIROS PASSOS NA ÉPOCA DA DITADURA

1.1) 16 de outubro de 1978: convocados pela Comissão Pastoral da Terra, no pátio da Igreja de Santa Helena, 1.500 pequenos agricultores, cujas terras serão inundadas pela barragem de Itaipu, encaminham ao General Geisel (penúltimo presidente da ditadura militar), abaixo-assinado denunciando o preço irrisório das indenizações que estão sendo oferecidas.

14 a 19 de julho de 1980: agricultores atingidos pela barragem de Itaipu, organizados no **Movimento**

Justiça e Terra, acampam em frente ao escritório da empresa em Santa Helena, exigindo abertura de negociações.

Se os expropriados de Itaipu do Movimento Justiça e Terra não alcançaram grandes vitórias, pelo menos conseguiram melhorar um pouco as indenizações. Fizeram o primeiro acampamento da história dos atingidos e escreveram o primeiro capítulo da história da luta dos atingidos por barragens no Brasil: lutando contra a expropriação, por terra e por justiça.

Na verdade, desde os anos 40 e 50 tinha havido reclamações contra as barragens. Mas eram

protestos isolados, pouco organizados. Foi em Itaipu que a organização dos atingidos começou a dar seus primeiros passos.

1.2) Desde o final dos anos 60 a ditadura militar vinha reprimindo brutalmente as organizações populares e qualquer tipo de oposição. No início dos anos 70, torturando e violentando os direitos humanos, os militares haviam derrotado as tentativas de guerrilha e a resistência urbana dos grupos revolucionários, que se tinham isolado dos trabalhadores. O caminho tinha ficado aberto para implantarem seu modelo de desenvolvimento.



As consequências foram dramáticas: arrocho salarial, concentração de renda, modernização da agricultura e êxodo rural, urbanização acelerada com crescimento das favelas e periferias pobres. Era o chamado milagre brasileiro: como disse um ministro daquela época, "a economia ia bem, mas o povo ia mal".

1.3) Os grandes projetos hidrelétricos foram parte deste modelo de desenvolvimento. Grandes usinas hidrelétricas começaram a ser construídas em todo o país. A energia gerada deveria sustentar a urbanização e industrialização acelerada.

adas, que alimentavam o sonho propagandeado para as classes médias urbanas: fazer do Brasil uma grande potência. As grandes barragens eram usadas como símbolo da potência do país e do regime militar. E serviam também para fornecer energia barata para a exportação de produtos eletrointensivos, como o alumínio.

1.4) Estas grandes obras expulsavam dezenas de milhares de pessoas. Pequenos produtores perdiam suas terras, suas casas e seu trabalho. E iam se juntar aos milhões de expropriados pelo latifúndio, condenados ao desemprego e miséria nas favelas, mocambos, invasões e periferias das grandes cidades. Em alguns lugares, sobretudo no sul do país, o governo vendeu o sonho de que quem quisesse ser colono na Amazônia teria muita terra boa e barata... muitos dos que acreditaram nessa história fizeram a viagem de volta, desesperançados e doentes, indo engrossar, nos anos 80, os acampamentos de sem-terra.

1.5) Mas no final dos anos 70 e o início dos anos 80 ressurgiam a organização e a resistência dos movimentos populares, nas cidades e nos campos. A classe média urbana, desencantada com a estagnação econômica e a falta de liberdade, perdia as ilusões e recusava apoio à ditadura. Até mesmo setores das classes dominantes achavam que os militares já tinha cumprido seu papel e podiam voltar para os quartéis. O regime militar se enfraquecia e era obrigado a conceder a anistia. Os presos políticos saíam das cadeias e os exilados políticos começaram a retornar ao país.

Das greves e do sindicalismo combativo nasceram a CUT (Central Única dos trabalhadores) e o Partido dos Trabalhadores. No campo, no Nordeste e em São Paulo, cortadores de cana e colhedores de laranja faziam greves. Se iniciavam as lutas dos Sem Terra. Em 7 de setembro de 1979 110 famílias ocupavam a Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul e, quase dois anos depois, se organiza o histórico acampamento dos sem-terra, na Encruzilhada Natalino. As Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra e outras pastorais progressistas apoiavam a organização popular pela base. Foi neste período que surgiram as lutas e organizações que dariam origem ao Movimento Nacional de Atingidos por Barragens.

2) AS LUTAS LOCAIS E REGIONAIS.

2.1) No início dos anos 80, 3 grandes movimentos começaram, cada um a sua maneira, a se organizar. Na Região Norte, no Nordeste e no Sul, os atingidos por barragens criavam diferentes palavras de ordem, formas de organização e formas de luta para defenderem seus direitos.



2.2) NA REGIÃO NORTE, A BARRAGEM DE TUCURUÍ, no rio Tocantins, estado do Pará, inundou 2.830 km² e deslocou mais de 25.000 pessoas:

Em 1978, sem quaisquer informações acerca do projeto,

as famílias a serem ATINGIDAS começaram a ser cadastradas para fins de indenização pela Eletronorte, empresa responsável pela obra. Em 1981 a empresa dava por concluídas as indenizações e oferecia uma pequena ajuda para aqueles atingidos que optassem por abandonar a área por conta própria. Os poucos reassentados enfrentavam uma realidade bem distinta do que havia sido prometido.

No final de 1981, constituiu-se, sempre com o apoio de sindicatos de trabalhadores rurais, o **Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí**, que encaminhou à ELETRONORTE e outras autoridades governamentais suas denúncias e reivindicações. **Em setembro de 1982, 400 pessoas acamparam por 3 dias em frente ao escritório da empresa,** na cidade de Tucuruí. Suas reivindicações: terra por terra (lotes de 21 alqueires), vila por vila, casa por casa, indenizações justas e ressarcimento dos prejuízos. **Em abril de 1983, novo acampamento reuniu 2.000 pessoas.** A ELETRONORTE aceitou abrir negociações e uma Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí foi a Brasília dialogar com a presidência da empresa. O acampamento foi mantido até o retorno da Comissão, com a notícia de que a ELETRONORTE se comprometia a relocar todos em lotes de 100 hectares, pagar indenizações justas e ressarcir os prejuízos pelo tempo em que tinham ficado proibidos de plantar.

A luta pelo cumprimento do acordo, passou a ser o objetivo central do movimento. Mas a realidade tornou-se ainda mais dramática em virtude do fato de que 600 famílias já reassentadas tiveram suas terras tomadas pelo lago: a ELETRONORTE se equivocou na demarcação das áreas a serem inundadas! Em outra trágica demonstração de irresponsabilidade, a margem esquerda do reservatório, onde havia sido assentada a maioria dos expropriados, foi infestada por uma praga de mosquitos até então desconhecidos na região.



barragem de Tucuruí PA



Atingidos de Tucuruí denunciavam sua situação para a Comissão Mundial de Barragens em 1999



barragem de Sobradinho BA

Em Tucuruí, diferentemente do ocorrido em outras barragens, também a população a jusante da barragem se mobilizou, sobretudo a partir de 1986, quando o barramento do rio provocou a degradação da qualidade da água com repercussões na saúde pública, redução drástica da pesca e alterações no regime do rio, de que dependem as populações ribeirinhas para realizar sua agricultura de vazante. Na mobilização destas populações tiveram papel de destaque os sindicatos dos municípios a jusante. Em 1989, 5 anos após a inauguração da usina, ocorrida em 24 de novembro de 1984, constituía-se a **CAHTU – Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí**, reunindo os expropriados de montante e os atingidos de jusante, para levar adiante suas lutas e reivindicações.

Em virtude de um estudo realizado pela Comissão Mundial de Barragens (em outro caderno do Manual do Atingido vamos falar melhor sobre esta Comissão) em 1999 e a ameaça da segunda etapa de Tucuruí os atingidos realizaram várias reuniões e reiniciaram o processo de negociação com a ELETRONORTE. Em 2001, no 14 de março, mais de 1000 expropriados ficaram acampados em Tucuruí e fizeram marcha até a entrada da obra.

atingidos não se organizassem. O fato é que mais ou menos na época em que a CHESF fechava as comportas de Sobradinho (1977), iniciaram-se as obras da barragem de Itaparica. No entanto, **apenas em 1979** lideranças de sindicatos rurais começaram a promover **reuniões nos municípios**. Invocando a trágica situação dos atingidos pela barragem de Sobradinho, muitos deles relocados na caatinga semi-árida, o movimento nascente se concentrou nas seguintes reivindicações: terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias.

Em agosto de 1979, ocorreu a **primeira concentração de trabalhadores rurais, em Petrolândia**, Pernambuco, e, neste mesmo ano, sindicatos rurais de vários municípios atingidos constituíram uma espécie de coalizão sindical, sob o nome de **Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco**. Vale a pena destacar o fato de que, contrariamente ao que havia acontecido no sul do país, não se constituiu aqui uma forma de organização específica dos atingidos, mas uma articulação inter-sindical para levar adiante a luta.

A segunda concentração, em janeiro de 1980, reuniu mais de 5.000 pessoas, em Petrolândia. Em 1984, os sindicatos, com apoio de técnicos, elaboraram um documento - Diretrizes Básicas para o Reassentamento – em que reiteravam e detalhavam antigas reivindicações, introduzindo algumas novas, como, por exemplo: lotes de 25 hectares dos quais 6 irrigados, irrigação por aspersão, administração do projeto pelos trabalhadores, melhor escolha das terras, estradas. Mas, “a CHESF só conversava”, segundo os relatos. A falta de resposta às reivindicações e o atraso do cronograma social em relação ao cronograma das obras civis aumentavam a angústia e provocavam a ampliação e radicalização do movimento. Em outubro de 1985, 6 mil manifestantes ocuparam o canteiro de obras. A CHESF continuava

2.3) NA REGIÃO NORDESTE, A BARRAGEM DE ITAPARICA,

no médio São Francisco, entre Pernambuco e Bahia, inundou 834 km² e expulsou 40.000 pessoas:

No Vale do São Francisco, a construção, no início dos anos 70, das barragens de Moxotó e, sobretudo,



Sobradinho, feitas sem qualquer consideração para os problemas sociais, funcionou como advertência do que poderia vir a ocorrer em outras barragens se os



Fulgêncio Manuel da Silva 1997

rejeitando as principais reivindicações e, em 1986, anuncia o fechamento das comportas para 1987.

Em 1º de dezembro de 1986 os atingidos voltaram a ocupar o canteiro. Foi um ato de grande repercussão regional e, mesmo, nacional. A solidariedade de religiosos, entidades sindicais, organizações populares, ONGs e parlamentares foi expressiva. As obras foram paralisadas até que um acordo fosse firmado: terra por terra, 2,5 salários mínimos até o início da produção, participação dos trabalhadores na compra de terras e na administração do reassentamento. No entanto, a conquista do acordo não deu por encerrada a luta, que daí por diante, se concentrou em tentar garantir o cumprimento do acordo.



2.4) NA REGIÃO SUL, NA BACIA DO RIO URUGUAI, o Plano 2010 da Eletrobrás projetava a construção de 23 barragens que expulsariam 200.000 pessoas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina:

A organização e luta de resistência no Alto Uruguai, de um lado, seguiram um caminho parecido com o de Itaipu: ação de religiosos e militantes da CPT na mobilização, presença dos sindicatos de trabalhadores rurais, importância fundamental da informação, organização dos atingidos nas comunidades e municípios. Houve, porém, uma grande e decisiva novidade: pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar e organizar antes do início da obra. **Em 24 de abril de 1979,** 350 agricultores reunidos em Concórdia, Santa Catarina, criaram a **Comissão Regional de Barragens**, com o objetivo de obter junto à ELETROSUL maiores informações sobre o projeto e divulgá-las amplamente, advertindo os atingidos acerca da ameaça que pairava sobre suas vidas. Aos poucos na Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Alto Uruguai – CRAB – desenvolveu-se uma organização que cobria o conjunto da área ameaçada.

Em **fevereiro de 1983,** em **Carlos Gomes**, distrito dos mais combativos na luta contra a barragem de Machadinho, 20 mil pessoas participaram da **Romaria da Terra**, cujo tema foi **“Águas para vida, não para a morte”**, tema que 15 anos depois se transformaria em palavra-de-ordem do movimento internacional

*“Desde o ano de setenta e seis
Que a gente iniciou
Nossa organização
De todo trabalhador
Para não perder as terras
Que a gente sempre plantou
Isso a gente iniciou
Quando se ouviu falar
Que essa empresa CHESF
Aqui ia começar
A construção de uma barragem
Pra poder nos afogar (...)”*

Fulgêncio Manuel da Silva, líder sindical rural de Pernambuco e um dos fundadores do MAB Nacional, é o autor desta e de muitas outras poesias sobre a luta contra as barragens. Fulgêncio foi assassinado em 1997. Uma enorme perda para a luta dos atingidos e dos trabalhadores rurais em geral no Brasil.



contra barragens. Em 1985, o abaixo-assinado “Não às Barragens”, com mais de um milhão de assinaturas recolhidas pela CRAB, foi entregue ao Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários. Após ter de forma tímida pedido “indenizações justas”, a CRAB havia dado prioridade à luta por “terra por terra”, enfatizando a necessidade de reassentar os colonos compulsoriamente deslocados. A partir daí era o confronto aberto, a luta contra a construção das barragens: “Terras Sim, Barragens Não”.

A radicalização do movimento criou obstáculos políticos complexos para a execução do projeto. É bom destacar que muitas e eficazes foram as iniciativas de “ação direta”: marcos colocados pela empresa eram arrancados, técnicos da ELETROSUL ou de suas contratadas em trabalhos de campo eram proibidos de invadir as propriedades e convidados a passar algum tempo com as comunidades atingidas. Esta situação acabou empurrando a ELETROSUL em direção ao **acordo de julho de 1987**. Do ponto de vista da ELETROSUL, e do Setor Elétrico brasileiro, o acordo significava o compromisso com uma série de condições para seguir adiante com o projeto. Dentre estas, as mais importantes eram: fim das negociações individuais e aceitação de que todas as negociações seriam feitas, comunidade por comunidade, com a presença de representantes da CRAB; atrelamento do cronograma das obras ao cronograma de negociação e solução dos problemas sociais; oferta a todos os atingidos, inclusive aos não proprietários, da possibilidade de reassentamento coletivo. A história da luta após o acordo histórico de 1987 pode ser descrita em poucas palavras: luta pelo cumprimento do acordo.



No final da década de 1980 houve forte mobilização da população atingida pela barragem de Irai SC/RS, realizando festival de canção, reuniões, concentrações que resultaram no cancelamento da UHE Irai. O mesmo processo ocorreu na barragem de Itapiranga, uma das primeiras que estavam planejadas para o rio Uruguai. Em 06 janeiro de 1986, ocorreu uma grande concentração no município de Riqueza-SC, reunindo mais de 3 mil atingidos. Na assembléia decidiu-se por arrancar todos os marcos e expulsar os técnicos da ELETROSUL que já estavam morando em Itapiranga, e a obra até hoje não saiu. Esses são alguns exemplos de algumas lutas que efetivamente impediram a construção de barragens na Bacia do Rio Uruguai.

2.5) Embora as lutas em Tucuui, no Vale do São Francisco e na Bacia do Uruguai fossem as mais fortes, outras lutas também começaram a acontecer nos anos 80. As principais foram: na região norte, Balbina, Belo Monte/Juruá, Babaquara, Cachoeira Porteira, Ji-Paraná; na região nordeste, Xingó, Pedra do Cavalo, Pão de Açúcar e Castanhão; na região sudeste, Simpício, Sapucaia/Anta, Itaocara e Santa Rita; na região centro-oeste, Cana Brava, Foz do Bezerra e Peixe; na região sul, Dona Francisca e as barragens do rio Iguaçu, tais como, Foz do Areia, Salto Santiago, Salto Segredo e Salto Caxias. E quantas outras mais que surgiram, sumiram e das quais não se tem notícia pois tudo o que contamos aqui não está na história oficial, mas sim na memória dos lutadores e lutadoras que viveram estas experiências...

PARA A DISCUSSÃO E O ESTUDO

1. Quando, a seu ver, teve início a a luta dos atingidos por barragens no Brasil? Por quê?
2. Lembre o que aconteceu em cada uma das datas abaixo e escolha aquela que lhe parece mais importante para a história do movimento dos atingidos. Explique sua escolha.

☐ 16 de outubro de 1978	☐ outubro de 1985
☐ 14-19 de julho de 1980	☐ 06 janeiro de 1986
☐ abril de 1983	☐ julho de 1987
3. Quais foram os três principais focos de resistência dos atingidos durante a década de 1980?
4. Quais são, na sua opinião, os principais focos de resistência no momento atual?





UMA HISTÓRIA DE ORGANIZAÇÃO E LUTA parte 2

Neste caderno do Manual do Atingido vamos continuar contando a história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. Vamos falar da criação do movimento nacional, o desenvolvimento das bandeiras de lutas nos anos 1990, vitórias e conquistas, até chegar a criação de um movimento internacional de atingidos.

1) O NASCIMENTO DO MOVIMENTO NACIONAL – UNIDADE E DIVERSIDADE

1.1) Com a ajuda de setores da Igreja Católica e do movimento sindical – na época era o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT –, a CRAB tornou a iniciativa de organizar, em **abril de 1989, em Goiânia, o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens**. O encontro foi preparado em 4 encontros regionais: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

1.2) O I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens foi principalmente consagrado à troca de experiências. Quase todos os relatos contavam uma história parecida: grandes projetos hidrelétricos decididos sem consultar ninguém, falta de informações, direitos dos atingidos desprezados. Os relatos contavam, também, de como, apesar das dificuldades, o povo atingido ia se organizando, manifestando, conseguindo impor negociações, ampliando sua influência e conseguindo algumas conquistas.

Acampamentos, ocupações de canteiros, arrancação de marcos, marchas, abaixo-assinados, estas eras as formas de ação mais usadas.

1.3) Em todos os projetos, em todas as bacias e vales, o inimigo era o mesmo: as empresas energéticas, o Plano 2010 da Eletrobrás que previa a implantação de usinas hidrelétricas. A ditadura militar já tinha acabado, uma nova constituição estava em vigor, algumas liberdades democráticas tinham sido conquistadas ... mas o modelo energético implantado pela ditadura militar permanecia o mesmo. Lutar contra este adversário comum, contra a política e o modelo energético era o objetivo comum daquelas pessoas vindas de todas as regiões do país.



1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens

Goiânia, 19-21 de abril de 1989
Em Goiânia, atingidos por barragens de todo o país aprovaram, pela primeira vez na história, uma pauta e um plano de lutas nacionais.

1) elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe trabalhadora;

2) que sejam imediatamente solucionados os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas já construídas e que isto seja condição para implantação de novos projetos;

3) cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias;
 4) fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.
 Reforma agrária já, sob o controle dos trabalhadores!
 Demarcação das terras indígenas!
 Demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombos!
 Não pagamento da dívida externa"
 (extraído da Carta de Goiânia)

1.4) Parecia que a mesma história se repetia nos mais diferentes vales e regiões. Em Goiânia, ficou claro que os atingidos de todo o país tinham os mesmos problemas e os mesmos inimigos. Mas ficou claro também que em cada região, em cada vale ou beira de rio, os movimentos tinham encontrado caminhos próprios para a organização e a luta. Em alguns lugares, os sindicatos organizavam e lideravam os atingidos; em outros, os atingidos tinham criado organizações próprias. Em alguns lugares a luta tinha começado depois de a obra já estar pronta ou começada; em outros, os atingidos estavam lutando para que a obra não fosse realizada. Além disso, cada localidade tinha suas próprias experiências políticas. Todos aprendiam com todos, a experiência de um servia de aprendizado aos outros. Trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores, povos indígenas, remanescentes de quilombos, populações urbanas, caboclos, sertanejos, mineiros e gaúchos, descendentes de escravos e de imigrantes europeus, esta enorme diversidade deu um extraordinário colorido ao nascimento do Movimento Nacional.

1.5) A diversidade não ameaçava a unidade do Movimento Nacional que estava nascendo. Ao contrário: fortalecia esta unidade, afirmando a riqueza da diversidade da cultura, da organização e da experiência de cada luta e de cada organização local ou regional.

Em respeito a esta diversidade, o **Encontro de Goiânia** afirmou a necessidade de "serem respeitadas as diferentes realidades", citando como exemplo as diferentes formas de organização no Vale do São Francisco – Pólo Sindical – e na Bacia do Rio Uruguai – Comissão Regional de Atingidos por Barragens.

1.6) O Encontro de Goiânia criou uma Comissão Nacional Provisória para organizar, no ano seguinte, o **I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens**. Mas o Congresso só aconteceu em **março de 1991**, em Brasília. Delegados vindos de todo o país decidiram, então, fundar o **MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens**, como um movimento nacional, popular e autônomo. Foi eleita a primeira Coordenação Nacional do MAB. Também se resolveu que o Movimento teria sede em São Paulo, com uma secretaria nacional funcionando permanentemente.

Para marcar o nascimento do MAB, o dia da plenária final do I Congresso, 14 de março, foi consagrado como **Dia Nacional de Luta Contra as Barragens**, sendo celebrado desde então em todo o país. Em 1997, o **I Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens** (Curitiba, 1997) consagrou o 14 de março como **Dia Internacional de Luta contra Barragens**.



Protesto em Fortaleza CE 2002



2) A LUTA NOS ANOS 90

2.1) Os anos 90 se iniciaram, pois, com novos desafios: construir um movimento nacional, unificar as lutas dos atingidos, colocar na ordem dia a necessidade de implantar um novo modelo energético e um novo modelo de desenvolvimento. A realização da **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - RIO 92, no Rio de Janeiro em junho de 1992**, favoreceu, em certa medida, a divulgação dos graves impactos sociais e ambientais provocados pelas grandes barragens. O MAB, nesta época, participou do Fórum Nacional de ONGs e, através da CRAB, coordenou o Grupo de Trabalho sobre Energia do Fórum. Isso foi importante, pois colocava os atingidos e seu movimento em contato com algumas organizações e militantes ecologistas que poderiam ser aliados da luta contra as barragens e por um novo modelo energético.

2.2) Por outro lado, a crise econômica prolongada havia tornado impossível realizar os planos de expansão do setor elétrico. Isso teve um aspecto positivo, porque, embora apenas adiadas, as barragens não estavam sendo construídas. Mas teve também um aspecto negativo, porque favorecia a desmobilização e desorganização em algumas regiões, pois muita gente começou a acreditar que as barragens não viriam mais.

Também foi negativa a desaceleração dos investimentos ali onde as barragens já estavam em construção ou tinham sido recentemente construídas, como Itá, Serra de Mesa, Tucuruí, Itaparica, entre outras: botando a culpa na falta de recursos, as empresas atrasavam os investimentos para reassentamento e para indenização, provocando enormes prejuízos e sofrimentos aos atingidos.

2.3) As lutas dos anos 90 foram, sobretudo, para forçar as empresas a cumprirem os compromissos assumidos. Ocupações de canteiros de obra, acampamentos e manifestações foram importantes instrumentos de luta. A organização nacional se mostrava tarefa bastante difícil: faltavam recursos, faltava gente, a secretaria de São Paulo tinha dificuldades

para coordenar as regionais. Mas a legitimidade do MAB crescia.

2.4) Os Congressos Nacionais do MAB passaram a ser realizados de três em três anos. **Em dezembro de 1993**, realizou-se o **II Congresso Nacional do MAB**, quando se deliberou, dentre outras coisas, pela necessidade da organização de um encontro internacional de atingidos. **Em dezembro de 1996, em São Paulo**, aprofundando o debate sobre as linhas gerais de ação, trabalho de base, política de alianças e posição frente o setor elétrico, realizou-se o **III Congresso Nacional do MAB**.

III Congresso Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens

São Paulo, 10-13 de dezembro de 1996

Em São Paulo, os atingidos por barragens de todo o país reafirmaram suas convicções e aprofundaram posições políticas, principalmente frente o Setor Elétrico brasileiro.

"O MAB exige do governo brasileiro a formulação de uma nova política energética que:

- a) contemple a participação da população no seu planejamento, decisão e execução;
- b) priorize as questões sociais e ambientais, antes da implementação da barragem, considerando sempre a bacia hidrográfica;
- c) corrija as distorções existentes no Setor Elétrico, acabando com desperdícios na transmissão, execução e consumo de energia; bem como, o fim dos subsídios aos grandes consumidores;
- d) invista em pesquisa na busca de novas fontes energéticas;
- e) priorize o desenvolvimento de fontes alternativas energéticas, por exemplo: energia solar, eólica, pequenas barragens em local adequado com critérios estabelecidos pela população;
- f) garanta o acesso à energia para todas as famílias e principalmente aquelas atingidas.

As principais bandeiras de luta são:

- Exigir o cumprimento dos acordos já firmados entre atingidos e as concessionárias do setor elétrico;
- Exigir soluções para os problemas sociais e ambientais antes de construir a obra e para os causados pelas barragens já construídas e em construção, e que não sejam concedidas licenças para novas até a solução dos mesmos;
- Exigir o fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico;
- Exigir o destinação, nos orçamentos federais e estaduais, dos recursos necessários para a solução dos problemas sócio-ambientais das barragens já construídas ou em construção;
- Exigir a adoção de critérios socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente corretos."

(extraído do documento final do III Congresso)



ocupação do DNOCS Fortaleza CE 2002

O IV Congresso, realizado em novembro de 1999, em Belo Horizonte, confirmou as diretrizes anteriores e definiu a linha de combate contra as políticas neoliberais e o processo de privatização do setor elétrico. Em 1999 também se avançou na elaboração das linhas gerais sobre o que poderia vir a ser um Novo Modelo Energético e um Projeto Popular para o Brasil. Uma vez mais, o Congresso afirmou a prioridade da organização de base e da luta de massa como principal forma de fortalecer o movimento e alcançar seus objetivos.

2.5) Como ressaltamos anteriormente, para ampliar as relações do MAB com os movimentos de atingidos de outros países e fortalecer a solidariedade internacional, o II Congresso MAB tinha deliberado convocar um Encontro Internacional. Em setembro de 1995, realizou-se, em Itamonte, Minas Gerais, um Encontro Internacional Preparatório. A troca de experiências e a discussão acerca do caráter internacional da luta dos atingidos mostraram grandes acordos entre as diversas organizações presentes. Estas organizações decidiram compor um Comitê de Convocação e Organização do I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens.

Este Encontro aconteceu em março de 1997, em Curitiba, com a participação de delegações de 20 países, dentre elas, organizações de atingidos por barragens e organizações de apoio. Durante o encontro, atingidos por barragens da Ásia, América, África e Europa puderam compartilhar suas experiências de lutas e conquistas, fazer denúncias e discutir as políticas energéticas, a luta contra as barragens em escala internacional, bem como, formas de defender os direitos das famílias atingidas e o fortalecimento internacional do Movimento. Este Encontro, aprovou a Declaração de Curitiba, plataforma internacional de lutas dos atingidos, e definiu o 14 de Março como o Dia Internacional de Luta contra as Barragens.

3) ANTIGAS REIVINDICAÇÕES, NOVOS DESAFIOS – A LUTA CONTINUA

3.1) Já se passaram mais de 20 anos desde que os expropriados de Itaipu desafiaram a ditadura militar para defender seus direitos. Muitas foram as derrotas e dificuldades enfrentadas pelo movimento. Muito importantes também foram as vitórias. No Vale do Ribeira, em São Paulo e Paraná, os ameaçados por barragens, muitos deles remanescentes de quilombos, têm resistido e conseguido impedir a construção de barragens no Rio Ribeira do Iguape. Na Bacia do Rio Uruguai, após ter impedido a obra por vários anos, a heróica resistência contra Machadinho obrigou a definição de um novo eixo da barragem, reduzindo de



militante do Vale do Ribeira SP 1999

3.500 para 1.600 o número de famílias deslocadas. Em Itá, e também em Machadinho, pela primeira vez na história, as empresas foram obrigadas a assumir plenamente o reassentamento, inclusive dos semterra atingidos. Na Bacia do Rio Uruguai outros projetos menores como das barragens de Iraí e Itapiranga foram cancelados pela mobilização popular. Por toda a parte os atingidos vêm pressionando as empresas e obtendo vitórias parciais.

3.2) Como os expropriados de Itaipu no final dos anos 70, os atingidos por barragens seguem hoje lutando por terra e por justiça. Como os atingidos dos anos 80, na Bacia do Uruguai, em Itaparica e Tucuruí, os atingidos continuam lutando por reassentamento, negociação coletiva e justa reparação de todas as perdas. Mas hoje a luta é muito mais ampla. O MAB luta para impedir que se continue construindo barragens destrutivas do ponto de vista social e ambiental. Luta para que nenhuma barragem seja construída sem a informação e acordo da população, como recomendou a Comissão Mundial de Barragens (CMB).

3.3) O MAB é radicalmente contra o processo de privatização do setor elétrico, que está entregando o controle da energia e das águas ao capital privado, muitas vezes estrangeiro. O MAB defende um setor elétrico público, em que as empresas estatais e o planejamento energético estejam submetidos ao controle democrático dos trabalhadores e da sociedade — muito diferente do modelo tecnocrático e autoritário que predominou durante a ditadura e permanece ainda hoje na Eletrobrás, em Furnas, Eletronorte, CHESF.

3.4) Finalmente, o MAB luta por um novo modelo energético, baseado na economia de energia e no desenvolvimento de fontes alternativas — solar, dos ventos (eólica). Este modelo energético alternativo, que é também um modelo de controle e uso democráticos dos recursos hídricos, é parte indispensável de um Projeto Popular para o Brasil, que unifique as lutas de todo o povo por uma sociedade mais justa, sem opressão, exploração e discriminação.

3.5) A história da luta dos atingidos por barragens é muito rica. O breve histórico que acabamos de apresentar não dá conta de todas as lutas, vitórias e dificuldades. Seriam necessárias muito mais páginas para contar a história de resistência em cada barragem, em cada vale, em cada região do Brasil, em todas as partes onde as pessoas lutaram e continuam lutando para garantir sua casa, sua terra, seu trabalho.

Na verdade, cada dia esta história está sendo reescrita, com novas lutas e conquistas. É uma história que se mantém viva, pela ação. E é uma história que deve se manter viva também nos corações e mentes, na memória de todos. Para que os comecem a lutar agora possam aprender com aqueles que vieram antes. Os mais jovens devem pedir aos mais velhos que relatem suas histórias e lembranças. E os mais velhos devem ajudar os mais jovens com suas experiências.

Tem sido uma longa caminhada.

E a caminhada prossegue.



PARA A DISCUSSÃO E O ESTUDO

1. Lembre o que aconteceu em cada uma das datas abaixo e escolha aquela que lhe parece mais importante para a história do movimento dos atingidos. Explique sua escolha.

☐ 19-21 de abril de 1989

☐ dezembro de 1996

☐ 14 de março de 1991

☐ novembro de 1999

☐ junho de 1992

☐ 14 de março de 1997

2. Qual foi o principal passo dado em direção a construção de uma organização nacional dos atingidos? Quais são as principais conclusões da Carta de Goiânia?

3. A Carta de Goiânia afirmava que a necessidade de unificar o movimento nacional não pode representar o desconhecimento das realidades locais e regionais. Você concorda com isso? Como combinar unidade e diversidade no movimento?

4. Quais foram os principais aliados dos atingidos no momento de sua estruturação em nível nacional? Em sua região, quais são os principais aliados dos atingidos?

5. Quais as principais deliberações do I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens?

6. Quais as principais formas de organização e luta utilizadas pelos atingidos ao longo da história?

7. O que significa o dia 14 de março para os atingidos?

8. Cite dois exemplos de vitórias na história da luta dos atingidos no Brasil.

9. Quais poderiam ser formas de documentar a história de luta dos atingidos? Na sua região, é possível reconstruir a história da luta contra as barragens? Como isso deveria ser feito?





IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DE BARRAGENS

Neste caderno do Manual do Atingido vamos tratar dos principais efeitos que podem acontecer na construção e operação de uma barragem. São efeitos sociais e ambientais.

1. O DEBATE POLÍTICO

1.1. As barragens causam diversos impactos. Isso já começa no planejamento, passa pela construção, até o período de operação. Há impactos no meio ambiente e há impactos sobre a vida das pessoas. Há **impactos concretos e materiais**, tais como o alagamento de florestas, casas e cidades. Mas também pode haver **impactos imateriais**, como a perda dos laços comunitários de um determinado grupo, a separação de membros da mesma família ou a destruição de uma capela ou de um território indígena sagrado onde se realizavam cerimônias e rituais antigos.

1.2. Os Estudos e Relatórios de Impactos Ambiental, chamados EIAs e RIMAs só estudam o impactos de um projeto de cada vez. Ora, muitas vezes há dois ou mais projetos em um mesmo rio ou bacia. O **efeito acumulado** destes impactos normalmente não é considerado pelos construtores de barragens e pelos órgãos ambientais.

1.3. Cada rio tem características únicas, espécies animais e vegetais próprias, vazão e ciclos naturais particulares. Também as relações entre as populações e os rios variam. Por isso, cada barragem vai ter efeitos específicos ao ser construída. Desta forma, nunca será possível dizer **todos os efeitos** da construção e operação **de todas as barragens**. Os

efeitos variam conforme cada rio, conforme as condições físicas em que o rio está inserido. As consequências de um barragem também variam conforme as populações, suas formas de vida, sua cultura, etc. Para falar dos efeitos de uma barragem é preciso conhecer todos estes fatores com profundidade. Apesar disso, a experiência e o conhecimento acumulados permitem dizer quais são os **efeitos mais frequentes associados à construção e operação de barragens**. É este quadro que apresentaremos agora.

2. IMPACTOS AMBIENTAIS

2.1. Inundação das áreas do reservatório

A inundação de florestas, e da vida selvagem em geral, talvez seja o efeito ambiental mais óbvio de uma barragem. As barragens inundam terras extremamente férteis que abrigam ecossistemas diversos. Boa parte da fauna e da flora que vive nessas áreas normalmente não consegue sobreviver em outras regiões. Além disso, as barragens normalmente são construídas em áreas que representam o último refúgio de espécies deslocadas pelo desenvolvimento de outras regiões. Os reservatórios ainda contribuem para ameaçar as rotas migratórias de muitos animais. Além da perda inestimável da fauna e da flora, os reservatórios também destroem paisagens cênicas, algumas delas, as mais



bonitas do mundo. Um caso clássico deste tipo de perda foi a inundação da cachoeira de Sete Quedas, no município de Guaíra, no Paraná, em decorrência do enchimento do reservatório de Itaipu.

2.2. Sedimentos

Junto com a água, os rios transportam sedimentos, tirados do solo e das rochas (erosão). Quando uma barragem é construída esse processo é interrompido. Como a água corre muito lentamente no reservatório, os sedimentos se depositam no fundo e não seguem rio abaixo. Como forma de recuperar o abastecimento normal de sedimentos, o rio a jusante (abaixo) da barragem vai aumentar a erosão do leito. O processo de erosão do leito de um rio pode causar aprofundamento e alargamento das margens, colocando em risco a fundação de pontes e estradas. Também o abastecimento de água pode ser prejudicado, porque as tomadas de água ficam fora de nível.

Em alguns casos, também a foz dos rios e a faixa costeira onde lançam as águas ao mar podem sofrer aumento da erosão. Com a redução da quantidade de sedimentos carregados pelos rios que desembocam no mar, muitas praias e faixas litorâneas perdem sua antiga proteção e passam a sofrer erosão das ondas e das marés. É o que está acontecendo no Pontal do Atafona, no delta do rio Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro.

2.3. Tremores de terra

As barragens podem provocar ou intensificar tremores de terras e atividades sísmicas (movimentação dos solos) nas vizinhanças dos reservatórios. O debate

científico sobre a relação entre barragens e tremores de terras começou ainda na década de 1930. Naquela época se acreditava que as atividades sísmicas só poderiam ocorrer enquanto o reservatório estivesse sendo preenchido ou imediatamente após seu completo enchimento. Hoje se sabe que podem ocorrer tremores quando o nível de água no reservatório é diminuído e, até mesmo, após alguns anos do seu enchimento, quando o nível de água está relativamente estável.

Os cientistas ainda discutem sobre os processos que provocam tremores e terremotos. Mas é certo que a pressão e o peso da água estocada no reservatório, em alguns casos, são suficientes para explicar um terremoto ou tremor.

2.4. Qualidade da água

Ao se interromper o fluxo normal do curso de um rio, acontecem diversas mudanças na temperatura e na composição química. Também são diversas as consequências para a qualidade da água do reservatório e do rio.

A água do fundo de um reservatório de uma grande barragem normalmente é mais fria no verão e mais quente no inverno do que a água do rio. Já a água da superfície do reservatório é mais quente do que a do rio, durante praticamente todo o ano. O aquecimento ou resfriamento muda os ciclos de vida dos seres aquáticos, tais como período de procriação, de caça, de metamorfose da larva, etc.

Muito importante é a decomposição da vegetação e do solo submerso pelo reservatório. Durante os

torres da igreja matriz da cidade de Itá - SC



primeiros anos do enchimento do reservatório, essa decomposição pode reduzir a quantidade de oxigênio na água. O apodrecimento de matéria orgânica também pode levar a uma liberação de gases tóxicos. Nos trópicos (região do planeta onde se encontra a maior parte do território brasileiro), a decomposição da matéria orgânica pode demorar algumas décadas.

Uma forma de diminuir este problema seria através da limpeza da zona do reservatório antes do seu enchimento. Entretanto, devido aos custos e à pressa, normalmente apenas parte do reservatório acaba sendo devidamente desmatada. Um caso brasileiro bem conhecido é o da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará. Dos 2.430 Km² de floresta que foram inundados para a formação do lago, apenas 400 Km² foram desmatados. Além da decomposição da matéria orgânica, a não limpeza da área facilitou a proliferação de algas no reservatório. Estas, por sua vez, foram responsáveis por uma terrível praga de mosquitos que trouxe graves consequências para a população recém-relocada na margem esquerda do reser-

vatório. Em algumas áreas da borda do lago, uma pessoa que ficasse uma hora parada receberia 600 picadas!

A qualidade da água também se altera por causa da maior concentração de sais. A construção dos reservatórios aumenta em muito a superfície de água exposta aos raios solares, o que provoca uma elevação da evaporação. O resultado é o aumento da concentração de sais na água, cujo efeito pernicioso é o envenenamento de animais aquáticos e corrosão de tubos e máquinas.

2.5. Peixes

Os efeitos das barragens sobre os peixes são os mais diversos possíveis. Em primeiro lugar estão as dificuldades criadas para a migração e procriação dos peixes. A construção das barragens e a conseqüente alteração do fluxo dos rios criam um grande obstáculo para o ciclo migratório dos peixes (piracema) e até mesmo para a sobrevivência das espécies. O segundo impacto, que pode ser mortal, está relacionado às alterações na temperatura da água. Por fim, a alta concentração de poluentes nos reservatórios pode aumentar a quantidade e variedade de doenças em peixes.

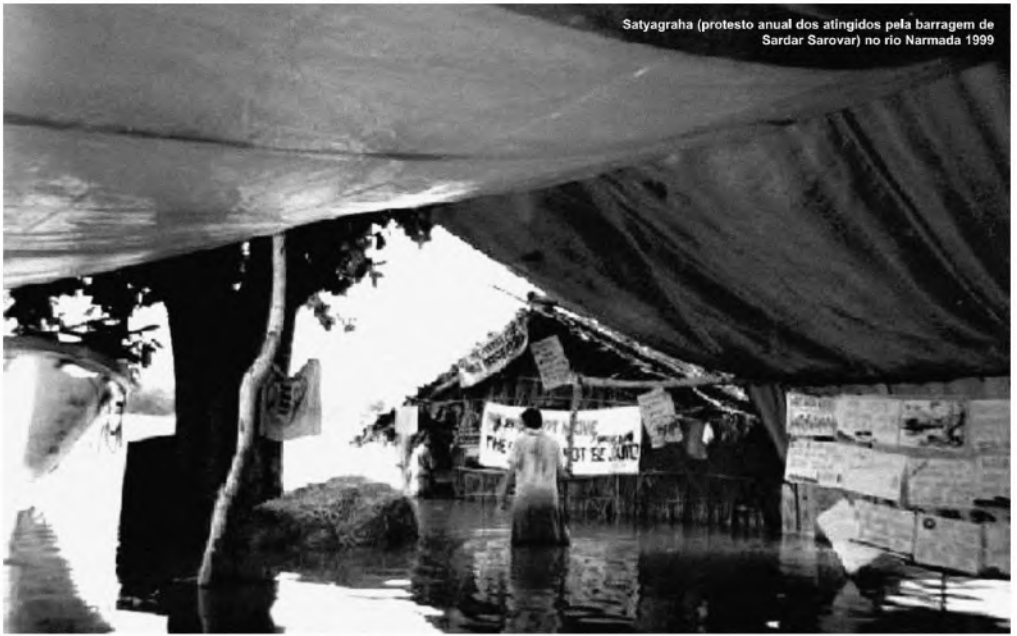
Algumas medidas de mitigação ou compensação têm sido usadas para diminuir os impactos negativos nos peixes. A mais usada é a escada de peixe, cuja eficácia tem sido questionada por muitos especialistas. Mesmo quando isso ajuda um pouco a manter a vida aquática, raramente se consegue evitar que espécies nativas entrem em extinção. No caso da Usina de Tucuruí, por exemplo, os dados demonstram que 11



reservatório da barragem de Tucuruí - PA

torres da igreja matriz da cidade de Itá - SC, após o enchimento do reservatório da UHE Itá





espécies desapareceram da região. A jusante da barragem de Tucuruí a situação dos pescadores ficou dramática, com enorme redução da pesca, de que muitos dependiam para sobreviver.

3. IMPACTOS SOCIAIS

Ninguém sabe dizer, com precisão, quantas pessoas foram deslocadas até hoje por barragens. Fala-se que foram entre 40 e 80 milhões.

Mas os deslocados não são os únicos a serem atingidos. Este é um grave problema das estatísticas de atingidos por barragens. A maioria dos levantamentos realizados pelos **governos e/ou empresas** consideram como atingidos pelo projeto apenas aquelas pessoas que são **deslocadas** por causa do enchimento do reservatório **e que possuem o título de propriedade**. Assim, muitas pessoas, famílias e comunidades são deixadas de lado:

a população a montante e a jusante da barragem; os posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários, agregados e trabalhadores assalariados da área inundada; as pessoas deslocadas por causa de outras partes do projeto (como por exemplo, as linhas de transmissão, a casa de máquina, etc); as famílias que perdem suas terras ou parte delas, mas que permanecem com suas casas; as pessoas que utilizam as terras comuns para pastagem do gado, colheita de frutos, vegetais e madeira; as pessoas que têm seu acesso a escolas, hospitais e comércios obstruído em função da destruição e alagamento de estradas; as pessoas cujas atividades econômicas dependiam da população deslocada, como por exemplo, professoras de escolas inundadas, caminhoneiros que transportavam a produção, etc.

O Conceito de Atingido

As empresas do Setor Elétrico sempre tentam restringir o conceito de atingido, para não ter que arcar com indenizações e reparações a todos os que sofrem os efeitos das obras.

O I Encontro Nacional de Trabalhadores

Atingidos por Barragens (em abril de 1989) definiu como atingidos todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independente do local em que vivem ou trabalham. É assim que o Movimento pensa: **tudo mundo que tenha sua vida afetada de alguma forma pela construção da barragem é um atingido**. Ainda hoje a ampliação do conceito de atingido é objeto da luta política e social.

Em cada rio, em cada bacia, em cada região as culturas, valores, as atividades econômicas e os modos de vida, assim como as experiências de luta e organização são diferentes. Por isso, os efeitos sociais das barragens podem variar muito de um lugar para outro. Apesar disso, é possível e necessário apresentar os principais impactos sociais, econômicos e culturais que costumam acontecer.

3.1. População deslocada pelas grandes barragens

As famílias e comunidades deslocadas sofrem enormes perdas. O impacto mais evidente é a perda de terras, casas, igrejas, clubes, escolas, comércios, etc. Costuma-se chamar este conjunto de impactos de **perda dos meios materiais de vida**.

Mas há também uma série de outros impactos menos

evidentes que são chamados de **perdas imateriais**, pois não são coisas concretas que são derrubadas, assim como as paredes de uma construção. É a **destruição dos laços e redes sociais**. É isto que acontece com as pessoas que, ao serem obrigadas a sair de sua localidade, perdem os vizinhos, o contato com amigos de infância, com parentes. Esta perda pode provocar muita tristeza, solidão, depressão. Pode provocar também algumas perdas materiais, como, por exemplo, a possibilidade de fazer um mutirão para construir um galpão.

As pessoas que são deslocadas por barragens têm que **começar a vida de novo**. Elas têm que construir novas casas, galpões e comércios. Têm que matricular-se em novas escolas, em novos clubes, entrar para uma nova paróquia ou templo, fazer novos amigos e vizinhos. Em resumo, elas têm que fazer de novo tudo o que foi construído ao longo de sua vida, e mesmo da vida de seus antepassados.

3.2. População a jusante e no entorno dos reservatórios das barragens

Como já foi dito anteriormente, os impactos sociais, econômicos e culturais decorrentes da construção de barragens não se limitam à área inundada. Isso significa que também são afetadas as **populações que vivem a jusante da barragem** e que, de alguma maneira, se utilizam dos recursos – tais como rios, florestas, pastos, estradas – destruídos pelo projeto. Em alguns casos, aqueles que vivem a jusante podem ser os maiores prejudicados.

Existem também **populações que ficam no entorno dos reservatórios**, depois das barragens construídas, e que sofrem prejuízos incalculáveis. É o caso de comunidades que ficaram muito reduzidas porque muita gente foi embora. Quem fica não tem como montar um time de futebol nos fins de semana, ou como vender os produtos no pequeno comércio local.

O problema agrava-se ainda mais porque, tanto para os que estão a jusante quanto para os do entorno, alguns dos principais impactos somente são sentidos depois de concluída a obra e decorridos muitos anos. Além disso, a dispersão dessas comunidades dificulta a organização e luta desses atingidos, o que faz com que muitas vezes não recebam nenhum tipo de compensação durante toda sua vida.

Por isso é de maior importância, desde o início da luta e organização, **envolver todos os atingidos**: os inundados e os não inundados, a montante e a jusante da barragem, perto e longe. A luta dos atingidos é a luta de todos os que tiveram ou vão ter suas vidas prejudicadas.

3.3. População Indígena

Gupos indígenas e minorias étnicas se encontram entre as principais vítimas das barragens. O impacto das grandes barragens sobre os povos indígenas



Medha Patkar (liderança dos atingidos da Índia) participa da Satyagraha -1999

torna-se especialmente grave porque os séculos de exploração e deslocamento imposto à maioria das tribos indígenas torna os remotos vales e florestas de suas reservas o **último refúgio contra a sua destruição cultural**.

Nessas comunidades, o trauma do reassentamento é ainda maior por causa de sua forte ligação espiritual com o território: os laços espirituais e as práticas culturais, que ajudam a definir suas sociedades, são destruídos pelo **deslocamento** e pela **perda de recursos comunitários** em que sua economia é baseada.

A chegada de **centenas de trabalhadores, máquinas pesadas, álcool, prostituição e violência**, que sempre acompanham os projetos de barragens, também representam uma ameaça de destruição e desaparecimento das tribos indígenas.

3.4. Tempo e Incerteza

Há um aspecto que nunca é levado em conta nas políticas e planos: **o tempo que leva um projeto e seus impactos**. Ao contrário do que se pensa e diz, os sofrimentos da população atingida iniciam-se muito antes de o projeto começar a ser implementado.

A partir do momento em que uma barragem é anunciada, a população atingida começa a sofrer com a interrupção de investimentos públicos e privados. Os bancos param de emprestar dinheiro. Novas escolas e hospitais deixam de ser construídos. Serviços e comodidades existentes podem ser interrompidos ou fechados muito tempo antes de a população ser transferida. Os próprios agricultores decidem não mais

investir na melhoria de suas casas e roças, com medo de perder tudo.

Assim, mesmo quando há plano de reassentamento, no momento em que este começa a ser posto em prática, a população já se encontra em **condições materiais e psicológicas** muito piores do que as áreas vizinhas. Esse problema torna-se extremamente grave por causa do tempo que pode levar um projeto. Podem se passar décadas desde o anúncio até a construção.

Além do tempo, existe a **incerteza da população**. Ninguém sabe ao certo se de fato a barragem vai ser construída. Nem quando. Nem quantas casas e propriedades serão inundadas, quem deverá receber compensação e qual será o valor da compensação. Este clima de incerteza pode gerar **situações dramáticas e até suicídios**.

3.5. Doenças

O primeiro tipo de problema de saúde provocado por barragens começa com a **chegada de um grande número de trabalhadores** da construção civil para trabalhar na obra. São trabalhadores que circulam por toda parte e muitas vezes carregam consigo **doenças contagiosas** como tuberculose, sífilis, AIDS, entre outras. Mas os trabalhadores da obra também são vítimas de condições de trabalho perigosas e insalubres na maioria dos casos. Os **acidentes e mortes** são numerosos.

Além disso, **doenças parasitárias**, em especial a esquistossomose e a malária, podem aumentar.

reservatório da barragem de Sardar Sarovar no rio Narmada



Também podem ocorrer a febre amarela, a dengue e a filariase. A razão para isso é que as barragens propiciam um ambiente favorável para a criação de mosquitos, caramujos e outros animais que servem de transmissores das doenças.

Outro problema é a acumulação de altos níveis de **mercúrio** nos reservatórios. Este mercúrio se concentra nos peixes; quando usados na alimentação esses peixes trazem um grande risco para a saúde humana.

Existem ainda os efeitos psicológicos, causados pela ruptura cultural e alienação social como **stress**, **depressão** e, em alguns casos, **suicídio**.

Por fim, a destruição das bases produtivas da comunidade – agricultura e pesca – pode gerar um período (muitas vezes longo) de escassez de comida, agravando a **fome** e a **má nutrição**. Apesar da gravidade desses impactos sobre a saúde, a preocupação com essa questão tem sido quase nenhuma na elaboração dos projetos.

3.6. Relações de Gênero

O empobrecimento e a ruptura social das comunidades, o trauma e os impactos na saúde têm um **efeito muito mais severo nas mulheres**. Em alguns casos, o empobrecimento gerado pelo deslocamento compulsório é responsável pelo aumento da migração masculina para as áreas urbanas, aumentando assim o número de **casas chefiadas por mulheres**, que passam a arcar sozinhas com os custos de manutenção dos filhos. Quanto à saúde das mulheres, a chegada de imigrantes durante a construção da bar-

ragem e a consequente urbanização da região são fatores que podem elevar o nível de **doenças sexualmente transmissíveis**, especialmente a Aids. O aumento da **violência doméstica**, decorrente da elevação do alcoolismo, é outro efeito agravado pelo empobrecimento econômico e pela desestruturação das comunidades.

Ao mesmo tempo em que as mulheres têm que arcar com os maiores custos do projeto, elas são a parte da população que tem menos acesso aos benefícios. Por exemplo, os empregos criados durante a construção do projeto normalmente são destinados aos homens. Além disso, a **propriedade** das terras de reassentamento e as indenizações, na maioria das vezes, **são dadas aos homens e não às mulheres**.

3.7. Patrimônio Cultural

Grandes barragens também costumam provocar a eliminação de **recursos culturais** - templos, santuários, elementos sagrados da paisagem, lugares e construções de grandes importância cultural ou religiosa para a comunidade.

A inundação pode provocar a perda de **recursos arqueológicos**, como cavernas, fósseis de plantas e animais, cemitérios e etc. No Vale do Ribeira, em São Paulo, maravilhosas cavernas, campo de muitas pesquisas científicas e de visitação turística, estão ameaçadas de inundação. Uma das maiores preocupações das comunidades atingidas diz respeito aos túmulos e cemitérios onde estão enterrados seus ancestrais.



PARA A DISCUSSÃO E O ESTUDO

1. Quais são os principais **impactos ambientais** das barragens? Na sua região quais são os dois piores?
2. Quais são os maiores **impactos sociais** de barragem em sua região?
3. Você acha que as perdas imateriais são importantes? Dê exemplos de sua região.
4. Para as empresas e governos, quem é o atingido? Para o Movimento de Atingidos por Barragens, quem é o atingido? Compare as duas definições? Qual, a seu ver, é mais correta? Por quê?





SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO:

UMA BREVE HISTÓRIA DE “LIGAÇÕES PERIGOSAS” ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Neste caderno do Manual do Atingido vamos contar brevemente a história do Setor Elétrico Brasileiro. Falaremos das três fases pelas quais passou o Setor e ao final analisaremos o momento que vivemos hoje.

1. 1ª FASE: A REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE E O PARAÍSO DAS COMPANHIAS ESTRANGEIRAS (1889-1930)

1.1. Quando a República foi proclamada em 1889, a economia brasileira dependia essencialmente das exportações de bens primários, sobretudo do café cultivado na região Sudeste e da borracha extraída na Amazônia. A expansão do café em bases capitalistas e os altos preços desse produto no mercado externo possibilitaram a modernização e a dinamização de atividades tipicamente urbanas. A urbanização, o aumento da demanda por serviços públicos e o incremento das atividades industriais foram a mola propulsora das primeiras experiências no campo da energia elétrica.

1.2. A primeira demonstração pública da iluminação elétrica ocorreu ainda no Império, em 1879, no Rio de Janeiro, com a instalação de seis lâmpadas na estação central da antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, depois conhecida como Central do Brasil. Em 1883, o imperador inaugurou na cidade de Campos, no norte do Estado do Rio de Janeiro, o primeiro serviço de iluminação elétrica pública da América do Sul. A primeira utilização de energia hidrelétrica ocorreu também em 1883, em Minas Gerais, com a

instalação de uma pequena usina no Ribeirão de Inferno, nas proximidades de Diamantina. Essa usina servia para alimentar duas bombas que, com jatos d’água, revolviam um terreno rico em diamantes. Em 1889, um aproveitamento hidrelétrico de maior porte entrou em operação em Juiz de Fora, na época, principal centro industrial de Minas Gerais. Com capacidade instalada de 250 KW, Marmelos foi construída às margens do rio Paraibuna, para o abastecimento de fábrica têxtil e a iluminação elétrica local.

1.3. Durante os primeiros anos do regime republicano, houve novos investimentos em energia elétrica, mas de pequena monta. A partir de 1900 surgiram dezenas de concessionárias em vários pontos do país, inclu-

sive por iniciativa de capitais nacionais. As concessões de maior vulto e mais rentáveis foram monopolizadas pelas empresas do grupo canadense Brazilian Traction, Light and Power Company, conhecido como Light.

Os negócios da Light começaram em São Paulo em 1899 e se estenderam ao Rio de Janeiro em 1905, abrangendo serviços de iluminação e bondes elétricos e também de telefonia e gás. A geração de eletricidade foi garantida pelo aproveitamento de potenciais hidráulicos de baixo custo nas proximidades do



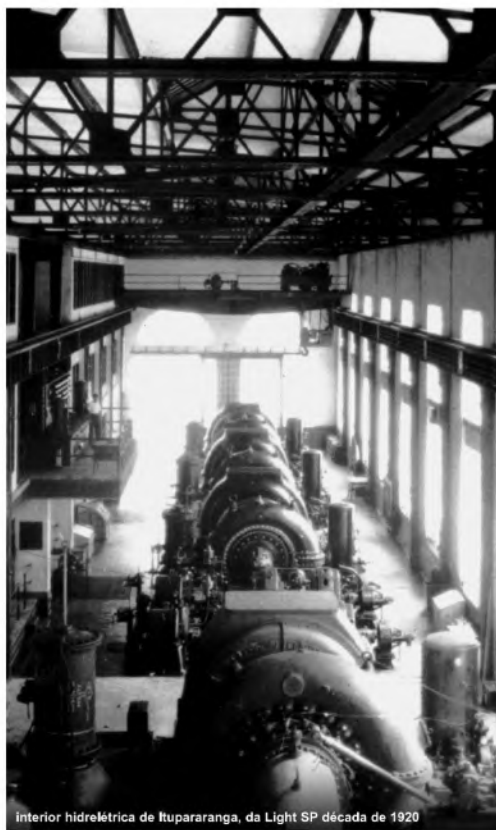
—bonde elétricos: começo da eletrificação brasileira



hidrelétrica de Ilha dos Pombos, da Light RJ 1928



hidrelétrica de Itaparanga, da Light SP década de 1920



interior hidrelétrica de Itaparanga, da Light SP década de 1920

Distrito Federal e da capital paulista. No Rio de Janeiro os canadenses colocaram em operação em 1909 a usina de Fontes, no ribeirão de Lajes. Com potência de 24 MW, era uma das maiores do mundo naquela época. Em 1930, o grupo Light respondia por cerca de metade de toda a capacidade de geração de energia elétrica do país, estimada em 700 MW.

1.4. Fora do eixo Rio-São Paulo, as concessões mais importantes passaram ao controle do grupo norte-americano American & Foreign Power Company (Amforp). Tendo iniciado suas atividades no Brasil em 1927, a Amforp adquiriu dezenas de empresas nacionais e as concessões dos serviços de eletricidade em numerosas cidades do interior de São Paulo e de outros estados, como Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Pelotas, Curitiba, Niterói, Vitória, Maceió e Natal.

Ao lado das duas gigantes multinacionais – Light e AMFOP –, pequenas companhias privadas sobreviviam em pequenas cidades com mercado pouco lucrativo.

1.5. Até 1930, o Governo não tomou nenhuma medida importante de intervenção nas áreas de produção e distribuição de energia elétrica, limitando-se a conferir autorizações e concessões para o funcionamento das empresas. Estados e municípios tinham grande autonomia para firmar contratos com as concessionárias de capital privado. Os prazos de concessão podiam variar de 30 até 90 anos. Os contratos com a Light e outras companhias consagraram a famosa cláusula-ouro, permitindo o reajuste das tarifas sempre que houvesse desvalorização da moeda brasileira – naquela época denominada mil-réis.

Era o paraíso para as grandes empresas privadas estrangeiras: usavam a água à vontade, produziam a quantidade de energia que queriam e onde queriam. Cobravam o preço que achassem necessário ... e, ainda por cima, o governo convertia isso em ouro para que elas pudessem enviar os lucros para as matrizes no exterior.

2. 2ª FASE: O CÓDIGO DE ÁGUAS E A TENTATIVA DE REGULAR AS COMPANHIAS PRIVADAS ESTRANGEIRAS (1930-1962)

2.1. A Revolução de 1930 conduziu Getúlio Vargas ao poder e marcou uma nova etapa na vida política do país. Foi também o início de uma nova orientação para o setor de energia elétrica. Forças que participaram e apoiaram a revolução defenderam uma maior intervenção dos poderes públicos na utilização das fontes energéticas do país. Em 1933, Vargas extinguiu



a cláusula-ouro. Em 1934 foi lançado o Código de Águas. 2.2. Com o Código de Águas, muitas foram as modificações introduzidas. As mais importantes foram as seguintes:

-A propriedade dos rios deixava de ser do proprietário da terra e passava a ser propriedade do município, do estado ou da União. O Código também estabelecia uma série de regras e restrições ao uso das águas, determinando que o uso para abastecimento humano era o mais importante.

-A propriedade das quedas d'água e do potencial hidrelético deixava de ser do proprietário da terra e passava a ser patrimônio da nação, sob a forma de propriedade da União. A partir de então, o aproveitamento de potencial hidrelétrico passou a depender de autorização ou concessão do governo (por prazo máximo de 30 ou 50 anos, conforme o montante dos investimentos).

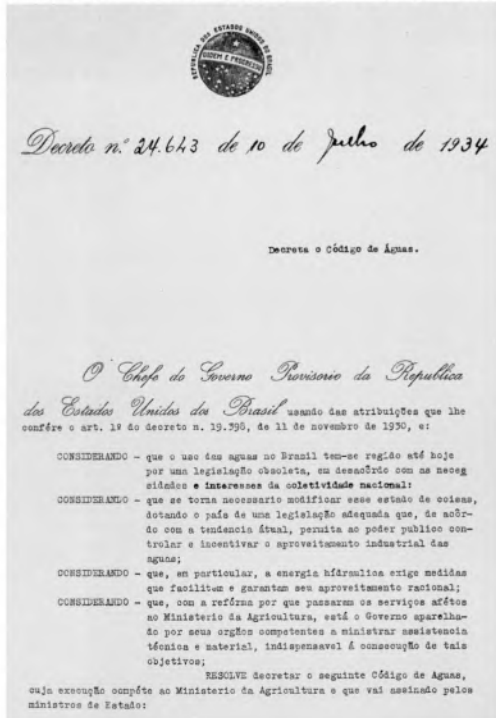
-As tarifas passariam a ser fixadas segundo os custos de operação e o valor histórico dos investimentos, o que significava o fim da "cláusula-ouro" e da correção monetária automática conforme a variação cambial.

-O Estado (governo federal) passava a deter o poder de concessão e de fiscalização, estabelecendo, pelo menos teoricamente, as condições para controlar as atividades das empresas privadas.

2.3. As grandes empresas privadas partiram para a guerra contra a nova legislação. Tudo fizeram para boicotá-la. A Light, em razão de seu enorme poder, chegou a ser apelidada nos anos 50 de "póvo canadense", pois controlava com seus tentáculos parte dos poderes judiciário, legislativo e judiciário. Assim como os latifundiários têm hoje sua bancada parlamentar – a chamada "bancada ruralista" – existia

a "bancada da Light". Também tinham muitos juízes a seu serviço, assim como grandes jornais e revistas, estações de rádio A Light apoiava sistematicamente os candidatos e partidos conservadores, anti-populares e submetidos ao imperialismo.

2.4. Como enviavam para a matriz, no exterior, a maior parte dos seus lucros, sobrava muito pouco



para que a Light e Amforp investissem na expansão da geração e distribuição de energia elétrica. E elas só investiam ali onde tinham a certeza de que os retornos seriam altos. Com o avanço da urbanização e da industrialização, a crise se instalou. Faltava energia elétrica para o abastecimento das cidades, para a expansão industrial. Para a agricultura, nem falar, pois não achavam lucrativo. Por isso também, muitos bairros pobres das grandes cidades, como as favelas, não tinham abastecimento de luz elétrica.

Em 1954, no segundo Governo Vargas, um Plano Nacional de Eletrificação vai tentar enfrentar a crise crônica. Para isso também foram criados mecanismos financeiros, através de um Fundo Federal de Eletrificação, que seria alimentado com um Imposto Único sobre Energia Elétrica, a ser cobrado em todas as contas de luz.

2.5. Mas todas as tentativas de controle estatal sobre as grandes companhias esbarravam em seu boicote à legislação e sua recusa de investir na expansão da geração. Como as companhias privadas controlavam a produção de energia, tinham extraordinário poder de pressão. Os exércitos de advogados, juizes, deputados, jornalistas a serviço da Light protegiam seus interesses e garantiam o sistemático desrespeito da lei.

3. 3ª FASE: O MODELO ESTATAL DAS GRANDES HIDRELÉTRICAS (1962 – 1990)

3.1. A primeira intervenção direta do governo federal na produção de eletricidade aconteceu em 1945, quando foi criada a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (Chesf), para construir e operar a Usina de Paulo Afonso – inaugurada em 1955, com potência instalada de 180.000 kW. Na época, a capacidade total de geração no Nordeste era de 110.000 kW.

Em 1957 foi criada a Central Elétrica de Furnas S.A. (Furnas).

3.2. A falência do modelo privado de geração de energia elétrica na década de 1950 também levou vários governos estaduais a intervirem no setor. A primeira entre as empresas estaduais foi a CEEE, do Rio Grande do Sul, que já em 1947 tinha inaugurado a hidrelétrica de Passo do Inferno, com potência de 1.400 kW, para abastecer Caxias do Sul e São Leopoldo.

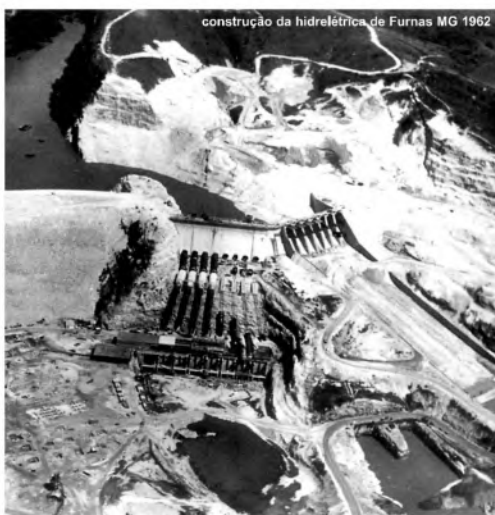
Em 1952 foi criada a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), cuja principal obra foi a Usina Hidrelétrica de Três Marias, que entrou em operação em 1962. O governo paulista criou duas empresas – Usinas Elétricas do Paranapanema (Uselpa), em 1953, e Companhia Elétrica do Rio Pardo (Cherp), em 1955. No mesmo estado, em 1961, nasceu a Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (Celusa), com participação também dos governos de Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Paraná. No Paraná, a



construção da primeira subestação da CHESF em Paulo Afonso BA 1953



construção da hidrelétrica de Furnas MG 1958



construção da hidrelétrica de Furnas MG 1962

Copel data de 1954, e a Celesc, de Santa Catarina, foi criada no ano seguinte. No Rio de Janeiro, a Empresa Fluminense de Energia Elétrica foi fundada de 1954. Também no Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Amapá e Maranhão foram criadas companhias estaduais nesta época. No início dos anos 60 foram criadas a Coelba (Bahia), Energipe (Sergipe), Ceal (Alagoas) e Cosern (Rio Grande do Norte).

3.3. No final dos anos 50 a crise energética atingia os principais centros urbanos do país, inclusive a capital, Rio de Janeiro. Os cortes de energia e o racionamento entravam para a vida quotidiana. Esta situação e a recusa sistemática da Light e da Amforp de reinvestirem seus lucros no país, impulsionaram a intervenção estatal: 1960 é o ano de criação do Ministério de Minas e Energia e, em 1962, é a vez de Eletrobrás, prevista na legislação desde 1954. Estavam dadas as condições para a estatização do setor. A estatização vai ser levada adiante pela ditadura militar, que subiu ao poder através do golpe de 1º de abril de 1964.

Somente em 1979, a Light Rio foi estatizada; em 1981 foi a vez da Light São Paulo, que passou à Eletropaulo, empresa estadual. Mas já desde 1973 se consolidava a estrutura básica do sistema Eletrobrás, com a Eletronorte (1973), Eletrosul (1968), Furnas e Chesf.

3.4. Em 1973 um evento internacional vai mudar a situação energética em todo o mundo: a crise do petróleo. Com a elevação dos preços, que é reforçada por uma segunda crise no final da década, os países centrais passam a transferir para países periféricos, dependentes e ricos em potencial energético, como o Brasil, uma série de indústrias que consomem muita energia. Assim, o Brasil se transformava, progressivamente, juntamente com outros países periféricos, em um exportador de produtos eletrointensivos,

isto é, que exigem grande quantidade de energia para serem produzidos. O Japão, por exemplo, praticamente fecha sua indústria de alumínio primário, e passa a importar de países como o Brasil. Na Europa quase toda a indústria siderúrgica fechou as portas.

3.5. Em poucas palavras: os países dominantes nos emprestavam dinheiro para construirmos hidrelétricas, para produzir alumínio e outros produtos eletrointensivos, para exportar e pagar a dívida contraída. Os países centrais ficavam com o alumínio e os juros da dívida. As grandes empreiteiras construtoras de barragens e as empresas de consultoria ficavam com o dinheiro da obra (quase sempre superfaturadas). Os políticos e partidos dominantes ficavam com o dinheiro da corrupção... e o povo brasileiro ficava com a dívida externa, as florestas destruídas, os férteis vales inundados, as populações expulsas de suas terras.



3.6. A política energética e os grandes projetos eram decididos e implantados sem qualquer debate público. Ninguém era consultado. Consideradas de segurança nacional, as decisões eram tomadas nos palácios e nos quartéis, secretamente. Ali decidiram que a Eletronorte subsidiaria os preços da energia de Tucuruí a ser fornecida às indústrias de alumínio. Só os projetos de alumínio da Albrás, da Alumar e da Camargo Corrêa Metais, segundo dados divulgados pela Eletrobrás em 1989, envolviam subsídios de mais de 1 bilhão de dólares por um prazo de 20 anos. Grandes empresas multinacionais – como a Alcoa – e nacionais – como a Votorantim – sempre pagaram pela energia um preço abaixo do custo, algo em torno de US\$ 10 a US\$ 20 por MWh, enquanto o custo de geração de Tucuruí, por exemplo, era de US \$ 38 por MWh. Estes favores têm causado a perda de centenas de milhões de dólares.

Enquanto isso, cerca de 20 milhões de pessoas permaneciam sem acesso à eletricidade. No meio rural, somente 1/3 das propriedades recebiam energia elétrica. E as populações atingidas eram tratadas como gado, tangidas com violência e total desrespeito aos seus direitos: em Sobradinho, que expulsou cerca de 70 mil pessoas, as pessoas quase são atingidas pelas águas, pois não havia sido providenciado nem mesmo seu reassentamento. E quando, como em Itaipu, houve tentativas de resistência, a repressão foi brutal.

3.7. Desta forma, o modelo estatal de grandes barragens hidrelétricas construídas sem qualquer consulta à sociedade e aos atingidos constituiu elemento central para estruturar o modelo de desenvolvimento durante o regime militar.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO MODELO ESTATISTA BASEADO EM GRANDES BARRAGENS

- Aprofundamento das desigualdades sociais, concentrando riqueza e poder nas mãos de um número cada vez menor de empresas e indivíduos;
- Aprofundamento das desigualdades regionais, promovendo o êxodo rural e o crescimento das miséria urbana nas periferias e favelas;
- Ocupação violenta dos territórios tradicionais de povos indígenas, ameaçando muitos deles de extinção cultural, e mesmo física;
- Destruição acelerada e descontrolada de recursos ambientais, em nome de um desenvolvimento que apenas enriqueceu os mais ricos e aumentou o poder dos poderosos.
- As empresas estatais, inclusive as empresas do Setor Elétrico, funcionavam como mecanismos de poder e de corrupção, sem qualquer controle social, servindo aos interesses de grandes grupos nacionais e estrangeiros.

3.8. Este modelo estatal, centralizado, autoritário, baseado em grandes barragens, foi apoiado pelas agências multilaterais, fiéis defensoras dos interesses dos grandes grupos industriais e financeiros. Desde 1944, quando foi criado, até 1993, o Banco Mundial, principal financiador de grandes barragens, ajudou a construir mais de 600 barragens, em 93 países, com empréstimos de 58 bilhões de dólares. Quem hoje vê os porta-vozes do Banco Mundial condenando as empresas estatais e a intervenção do





hidrelétrica de Itaipu PR

estado na economia não deve esquecer que foi este mesmo Banco que, durante décadas, apoiou política e financeiramente ditaduras brutais e seus grandes projetos estatais - que deveriam, como se dizia na época, "promover o desenvolvimento". Nós sabemos hoje que tipo de desenvolvimento eles promoveram

4. O MOMENTO ATUAL:

A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

4.1. A adoção de uma orientação neo-liberal e anti-estatista por parte dos países dominantes - em primeiro lugar, os Estados Unidos e a Inglaterra - levou a uma mudança nas diretrizes e estratégias do Banco Mundial, do FMI (Fundo Monetário Internacional), do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e outras instituições a serviço do capital internacional. A dívida externa dos países dominados passou a ser usada como instrumento de chantagem. Novos empréstimos passaram a ser condicionados ao cumprimento da diretrizes do chamado "consenso de Whashington": privatização e redução dos gastos públicos, liberalização comercial (isto é, abertura das fronteiras aos produtos estrangeiros), prioridade para o pagamento da dívida externa.

As pressões dos grandes grupos econômicos internacionais e as orientações do FMI, do Banco Mundial, do BID encontraram terreno fértil no Brasil. É grande a dependência econômica e política característica da burguesia brasileira. É tradicional a submissão dos sucessivos governos aos mandamentos dos grandes grupos financeiros e industriais internacionais. Este processo culmina com a total abdicação da soberania nacional por parte do Governo PSDB-PFL-PMDB, que praticamente entrega ao FMI e ao Banco Mundial a direção da economia e a definição de políticas governamentais.

4.2. A privatização do Setor Elétrico se legalizou a partir da Lei 8.301, de 12 de abril de 1990, que instituiu o

Programa Nacional de Desestatização, durante o Governo Collor. O Programa foi mantido nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique. O primeiro leilão para a venda de uma empresa de distribuição de eletricidade - Escelsa - aconteceu em julho de 1995. Quatro empresas já haviam sido transferidas para empresas privadas quando, em outubro de 1997, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com a função regular o funcionamento do Setor no novo modelo.

4.3. Transformadas em antros de corrupção e cabides de emprego, as empresas estatais foram levadas à desmoralização. Os serviços foram degradados. O banco federal BNDES era usado para financiar grupos econômicos estrangeiros ou nacionais para comprar o patrimônio público. Mas as empresas estatais eram proibidas de fazer qualquer investimento, para respeitar os acordos com o FMI de fazer o chamado ajuste fiscal. Os investimentos do Setor Elétrico que em 1980 alcançaram US\$ 13,9 bilhões, foram reduzidos para US\$ 4,5 bilhões em 1995 e US\$ 6 bilhões em 1998.

4.4. A sociedade e os atingidos por barragens exigiam democratização do Setor Elétrico, discussão pública das políticas e dos planos, controle social sobre as empresas estatais. Ao invés disso, o governo promoveu a desmontagem do setor público.

A sociedade e os atingidos por barragens exigiam um uso responsável e socialmente controlado do patrimônio público representado pelos recursos hídricos e pelo potencial energético. Ao invés disso, o governo promovia o processo de privatização da água e da energia.

4.5. Foi contratada uma empresa de consultoria inglesa - Coopers & Lybrand - que veio dizer qual o novo modelo - privado - a ser aplicado. O que novo modelo pretende?

O modelo neo-liberal privatista trata a energia como uma mercadoria como outra qualquer. Tenta voltar ao paraíso das companhias privadas do período anterior a 1930: o mercado funcionando livremente, com as empresas privadas determinando a quantidade a ser produzida, as tarifas, quem recebe e quem não recebe eletricidade. Até mesmo a "cláusula ouro" está sendo reeditada, só que agora é "cláusula dólar": é a chamada "garantia cambial". Os preços foram indexados ao dólar. Isso quer dizer o seguinte: o povo brasileiro recebe sua renda em reais, mas paga a energia elétrica em dólar, para que as empresas privadas estrangeiras possam remeter seus lucros para as matrizes.

4.6. Mas a energia não é uma mercadoria qualquer. Ela é elemento fundamental da vida moderna. Ela é estratégica para o país. Nossos rios são patrimônio da nação e não podem ser explorados por empresas cujo objetivo é o lucro máximo.

4.7. A privatização do setor de energia elétrica caminha de braços dados com a privatização das águas: empresas privadas impõem sua lei em um número crescente de bacias hidrográficas. E tudo isso sob a proteção da novas leis: leis sobre concessões de serviços públicos (Lei 8.987, de 13/02/1995, e Lei 9.074, de 7/07/1995), leis sobre recursos hídricos (Lei 9.433, de 8/01/1997). A Lei 9.074 chega ao absurdo de considerar de interesse público entregar nossas águas e terras ribeirinhas para que um empresário produza energia elétrica para seu uso exclusivo. Onde está o interesse ou a utilidade pública, se tudo fica com o empresário?

4.8. O processo de privatização veio acompanhado de um forte ataque às conquistas sociais e ambientais dos anos 80 e 90. Por causa da luta dos atingidos, houve nos anos 80 e 90 alguns avanços no tratamen-

to das questões sociais e ambientais por parte de algumas empresas estatais. Até mesmos estes pequenos avanços estão agora ameaçados. A Lei 9.074 estabelece o regime de concessão de serviços de energia elétrica, mas não diz nada sobre os problemas sociais e ambientais.

4.9. Com a eleição do Governo Lula, abre-se a possibilidade de caminhar na direção de um novo modelo do Setor Elétrico. Empresas estatais, sob controle público, com um planejamento democrática e participativo são o primeiro elemento do novo modelo. Será necessário investir nas novas tecnologias, nas fontes alternativas e na economia de energia. Será necessário suspender os subsídios às indústrias eletrointensivas. Será necessário, finalmente, implantar um modelo socialmente justo e ambientalmente responsável.

PARA A DISCUSSÃO E O ESTUDO

1. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira:

Fases do Setor Elétrico Brasileiro Características dos Períodos

- | | |
|----------------------|---|
| (1) 1889-1930 | () O modelo estatal autoritário e as grandes barragens |
| (2) 1930-1962 | () O paraíso das companhias estrangeiras |
| (3) 1962-1990 | () a privatização neoliberal |
| (4) A partir de 1990 | () A água se torna legalmente um bem público |

2. Na sua opinião, quais os principais beneficiários da primeira fase da história do Setor Elétrico Brasileiro? E da terceira fase?

3. O que a história do Setor Elétrico Brasileiro nos ensina? Que lições que podem ser tiradas?

4. Na sua opinião, que características do Setor Elétrico não podem se repetir em um novo modelo? E quais as características novas que não podem faltar?





LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA: CONHECENDO UM INSTRUMENTO DE LUTA

Neste caderno do Manual do Atingido vamos ver como a questão ambiental tem sido tratada pelo Estado brasileiro. Vamos ver também as principais leis ambientais relacionadas ao licenciamento de barragens. Além disso, discutiremos de que forma a legislação ambiental pode ser utilizada nas lutas dos atingidos por barragens.

1. BREVE HISTÓRIA DA QUESTÃO AMBIENTAL NO ESTADO BRASILEIRO

1.1. O conceito de meio ambiente é novo no Brasil. Na década de 1960, o Governo brasileiro começa a se comprometer com a questão do meio ambiente, através de sua participação em convenções e reuniões internacionais, como por exemplo, a Conferência Internacional promovida pela UNESCO, em 1968, sobre a Utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera. No entanto, somente após a participação da delegação brasileira na **Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano**, realizada em 1972, em **Estocolmo**, Suécia, é que algumas medidas efetivas começaram a ser tomadas com relação ao meio ambiente.

1.2. Em 1973, no auge da ditadura militar, foi criada a **Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA**, que tinha como objetivo a discussão junto à opinião pública da questão ambiental, fazendo com que as pessoas se preocupassem mais com o meio ambiente e evitassem atitudes predatórias. No entanto, a SEMA não tinha nenhum poder de fiscalização e punição para atuar na defesa do meio ambiente.

O Governo do General Figueiredo, por intermédio da SEMA, instituiu em **agosto de 1981** a **Política Nacional do Meio Ambiente**. Foi criado o **Sistema Nacional do Meio Ambiente**, que passou a congrega todos os órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Foi criado, também, o **Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA**, com a atribuição de detalhar **leis e padrões** ambientais.

1.3. Com a **Constituição de outubro de 1988** foi dado um passo a mais para a formulação de uma política ambiental. A Constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente. Logo depois da Constituição, em **fevereiro de 1989**, foi criado o **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA**, que é o órgão executor das leis e políticas de meio ambiente.



estatua da Justiça de Ceschiatti no Supremo Tribunal Federal

Influenciado pela Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), o Governo Federal criou, em **outubro de 1992**, o **Ministério do Meio Ambiente - MMA**, com a responsabilidade de estruturar a política do meio ambiente no Brasil.

2. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

A legislação ambiental brasileira é bastante ampla e compreende leis, decretos e resoluções tanto federais, como estaduais e municipais. Apresentaremos agora as principais **leis federais** que incidem diretamente **sobre o licenciamento de barragens**, visto que as leis estaduais e municipais complementam estas leis federais, mas não podem ser contrárias a elas.

Lei nº 6.938/81, de 21 de agosto de 1981

Esta é a lei que criou a Política Nacional de Meio Ambiente e grande parte do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Ela estabeleceu vários instrumentos de atuação, entre os quais se destacam:

a Avaliação de Impacto Ambiental;

o **Licenciamento Ambiental** para a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados poluidores, bem como os capazes de causar degradação ambiental (**barragens estão incluídas**). As licenças ambientais serão concedidas pelo órgão ambiental competente, isto é, o **órgão de meio ambiente estadual**, quando forem empreendimentos que atingem apenas um estado da federação ou o **IBAMA**, quando forem empreendimentos que atingem dois ou mais estados da federação.

Resolução CONAMA nº 001/86, de 23 de janeiro de 1986

Esta Resolução define o que é **Avaliação de Impacto Ambiental**, estabelecendo responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para esta avaliação.

Estabelece os empreendimentos que **deverão submeter** Estudo de Impacto Ambiental –EIA – e Relatório de Impacto Ambiental - **RIMA** - à aprovação do órgão de meio ambiente competente (**barragens estão incluídas**);

Define que para fins de licenciamento, os **EIAs** deverão:

descrever o empreendimento proposto e suas **alternativas** tecnológicas e de localização (**incluindo a possibilidade de não execução do projeto**);

conter um **diagnóstico ambiental** da área (meio físico, meio biológico e aspectos sócio-econômicos);

descrever, identificar e analisar os **impactos** causados pela implantação do empreendimento; definir as **medidas mitigadoras** dos **impactos negativos**.

O Que São Medidas Mitigadoras?

Mitigar que dizer **abrandar, diminuir, tornar** alguma coisa **menos penosa**. Então, medidas mitigadoras

são aquelas que deveriam diminuir determinado impacto ou pelo menos fazer com que este impacto não seja tão ruim para o meio ambiente e para a população.

Define que o **RIMA** refletirá as conclusões do EIA, devendo ser **apresentado de forma objetiva e em linguagem de fácil entendimento para a população**.

Estabelece a realização de **Audiência Pública** para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA.

Resolução CONAMA nº 006/87, de 16 de setembro de 1987

Esta Resolução diz como deve ser o **processo de licenciamento ambiental**. Ela estabelece que serão expedidas as seguintes licenças ambientais:

Licença Prévia (LP): é dada depois do EIA/RIMA pronto e aprovado. É a LP que autoriza o início das negociações;

Licença de Instalação (LI): autoriza o início da obra;

Licença de Operação (LO): autoriza o início da operação.

Resolução CONAMA nº 009/87, de 3 de dezembro de 1987

Regulamenta a realização de **Audiência Pública**, cujo objetivo é expor aos interessados o projeto em análise e o RIMA, **esclarecendo dúvidas** e recolhendo **críticas e sugestões**. Pela lei a Audiência Pública não tem poder deliberativo. A Audiência Pública será promovida pelo Órgão Ambiental sempre que se julgar necessário, ou quando for solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 ou mais cidadãos.

Resolução CONAMA nº 002/96, de 18 de abril de 1996

Determina a obrigatoriedade de implantação de **Unidades de Conservação** como **compensação** pelos danos causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas por empreendimentos de grande porte. Determina que o montante de recursos não poderá ser inferior a 0,5% dos custos totais previstos para implantação do empreendimento

Resolução CONAMA nº 302/02, de 20 de março de 2002

Cria as Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais, estabelecendo os limites e o regime de uso do entorno dos lagos.

Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997

Esta Lei cria a **Política Nacional de Recursos Hídricos**. A Lei afirma que a água é um **bem público** e que a **bacia hidrográfica** é a **unidade territorial** para ações ligadas aos recursos hídricos.

A Lei cria também o **Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos** que é composto pela **Agência Nacional de Águas – ANA**,

pelos **Comitês de Bacia** e pelos órgãos estaduais de recursos hídricos.

Cabe ao Comitê de Bacia definir o plano diretor bem como autorizar o uso da água da bacia. É também sua responsabilidade assegurar a quantidade e qualidade da água.

3. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: UM DIREITO DA POPULAÇÃO

3.1. Nas teorias do Direito Ambiental, o **meio ambiente** é considerado como **patrimônio coletivo**. A Constituição Brasileira de 1988 define o **meio ambiente** como um **bem de uso comum do povo**. Justamente por ser um bem de uso comum, o acesso ao meio ambiente deve se dar de forma igualitária. Disso se conclui que o meio ambiente não deve se resumir a ser fonte de recursos para a exploração econômica que atenda aos interesses de grupos privilegiados.

Outro princípio do Direito Ambiental é o da **precaução**, isto é, deve-se sempre adotar medidas preventivas para evitar danos ambientais. Em outras palavras, isso quer dizer o seguinte: **se não se sabe se um projeto ou plano vai ter consequências negativas, o certo é não fazer**.

3.2. Os princípios da **reparação**, da **informação** e da **participação** também estão assegurados no Direito Ambiental brasileiro. Isso faz da Legislação Ambiental brasileira, pelo menos no papel, bastante democrática. No entanto, sabemos que estes instrumentos jurídicos nem sempre são utilizados, ou quando são utilizados nem sempre atingem seus próprios objetivos.

3.3. Para utilizar os **instrumentos legais** de que dispomos é importante **conhecê-los e usá-los na hora certa**. Tomemos o exemplo da Audiência Pública, que, como vimos, é um direito da população atingida. Se o órgão ambiental não convocar uma Audiência Pública, 50 cidadãos podem pedir esta audiência. Se isto for feito, o órgão ambiental é obrigado a realizar a audiência. Além disso, é preciso exigir as **informações** sobre o **projeto** e sobre o andamento do **licenciamento ambiental**, tanto do **empreendedor** quanto do **órgão ambiental responsável**.

Cidadania ambiental

Alguns instrumentos jurídicos podem ser bastante úteis na luta ambiental:

Medida Cautelar – Existem casos que, por sua urgência, não podem esperar por um julgamento. Quando é necessário evitar um prejuízo, ou

interrompê-lo, o meio judicial mais rápido é a Medida Cautelar, que tem como finalidade evitar prejuízo grave e de difícil reparação. Qualquer um que esteja sofrendo ou que possa vir a sofrer o dano pode requerer esta medida.

Ação Popular – Na definição legal de patrimônio público inclui-se o meio ambiente, jazidas arqueológicas e paisagens notáveis. Qualquer cidadão, através da ação popular, pode pedir a anulação ou a declaração de atos lesivos ao patrimônio público da União, dos Estados e Municípios.

Ação Civil Pública – É cabível a ação civil pública nos casos de danos ao meio ambiente, ao consumidor e a bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Podem propor essa ação o Ministério Público, associações com legitimidade, o Poder Público e também pessoas que não são afetadas na causa discutida.

3.4. Em muitos casos os atingidos podem e devem usar a legislação para defender seus direitos. Mas nunca se deve esquecer que não se pode entregar a advogados e juizes o destino da população. A única garantia de que os direitos dos atingidos venham a ser respeitados é a sua organização, unidade e luta. Se estiverem organizados e mobilizados, os atingidos terão maiores chances de obter vitórias e ver seus direitos reconhecidos pelas empresas, pelo governo e pelos tribunais.



manifestação do MAB em defesa dos direitos dos atingidos

PARA A DISCUSSÃO E O ESTUDO

1. Lembre o que aconteceu em cada uma das datas abaixo e escolha aquela que lhe parece mais importante para a história da legislação ambiental brasileira. Explique sua escolha.

☐ agosto de 1981

☐ fevereiro de 1989

☐ outubro de 1988

☐ outubro de 1992

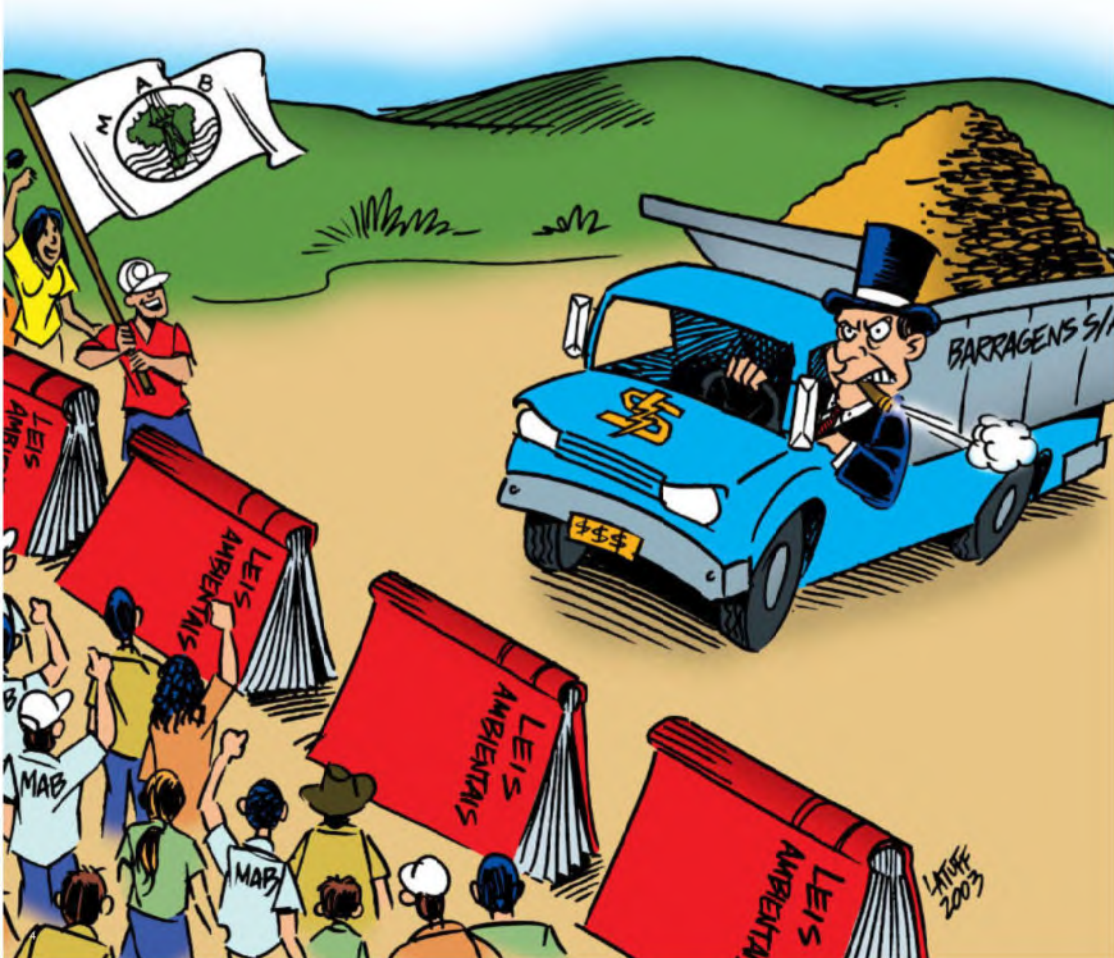
2. Quais são as exigências legais básicas que um Estudo de Impacto Ambiental - EIA deve preencher?

3. Segundo a legislação, qual deve ser a linguagem do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA?

4. Você já viu um RIMA? Ele usava uma linguagem de fácil compreensão como está determinado pela lei?

5. Quais os objetivos de uma Audiência Pública?

6. Você já participou de alguma Audiência Pública? Relate sua experiência. Você acha que ela cumpriu com seus objetivos? Por quê?





HISTÓRIA DA LUTA INTERNACIONAL CONTRA BARRAGENS: ULTRAPASSANDO AS FRONTEIRAS NACIONAIS PARA COMBATER O INIMIGO EM COMUM

Neste caderno do Manual do Atingido vamos conhecer um pouco da história da luta internacional contra as grandes barragens. Apresentaremos as alianças que têm sido feitas entre ambientalistas e movimentos de atingidos para denunciar o modelo de grandes barragens, focalizando nas ações conjuntas e também na história de alguns movimentos populares de outros países do mundo, que se tornaram aliados fundamentais do MAB.

1. O DEBATE INTERNACIONAL SOBRE GRANDES BARRAGENS

1.1. O debate internacional sobre grandes barragens desenvolveu-se enormemente durante as décadas de 1980 e 1990. De um lado, os defensores destes grandes projetos alegam suas contribuições para o desenvolvimento; de outro lado, os críticos destacam seus efeitos negativos como a destruição de ecossistemas naturais e o deslocamento compulsório de milhões de pessoas.

1.2. As barragens desempenham um papel crucial na vida econômica e social da humanidade e são frequentemente identificadas como sinais de progresso e de domínio do homem sobre a natureza. Mais de 800.000 represas já foram construídas no planeta, e 45.000 delas são grandes barragens, isto é, têm mais de 15 metros de altura. Os reservatórios das grandes barragens inundaram algo em torno de 1 milhão de metros quadrados (1% da superfície do planeta). Além disso, existem hoje cerca de 1.600 barragens em construção no mundo. Essas obras movimentam aproximadamente 50 bilhões de dólares por ano.

Grandes barragens contribuem com 20% da geração de eletricidade no globo. As principais motivações e justificativas para a construção de barragens são a geração de energia elétrica, a irrigação e o controle de inundações.

1.3. Por outro lado, o número de deslocados por barragens nos últimos 20 anos é estimado em mais de 40 milhões de pessoas. Boa parte são populações indígenas e tribais. Os defensores das barragens costumam afirmar que a hidreletricidade é uma energia limpa, isto é, que não polui o meio ambiente. Ora, isso não é verdade. Degradação de florestas, redução

drástica da pesca, emissão de gases que contribuem para o efeito estufa e o aquecimento global, riscos de tremores de terra, mudanças climáticas, morte dos cursos d'água mostram que a hidreletricidade não tem nada de limpa (Para maiores informações, ver o fascículo do Manual do Atingidos sobre Impactos Sociais e Ambientais de Barragens). Sem falar, no endividamento das economias de nações pobres como o Brasil em função de empréstimos gigantescos para a construção destas obras enormes e caríssimas.

1.4. De um lado da disputa estão



marcha contra barragens na Tailândia 2001

os governos, as empresas privadas e agências multilaterais envolvidos com a construção de barragens, com seu financiamento, planejamento, construção e operação. De outro lado, estão os movimentos locais de resistência, principalmente de populações atingidas, e organizações não-governamentais – ONGs – ambientalistas que agem de forma isolada ou combinada. Progressivamente se foram criando coalizões regionais e internacionais com resultados efetivos, tais como alterações de cronogramas e formatos de obras e mesmo interrupções de projetos.

1.5. O debate trouxe mudanças consideráveis no ritmo de construção. A construção de barragens está decaindo substancialmente: de um pico de aproximadamente 540 por ano na década de 1970, para 200 por ano na década de 1990. Além disso, partir da década de 1970, as agências financiadoras – Banco Mundial, BID e outras – foram pressionadas e criaram regras específicas para o tratamento das questões social e ambiental. Vários governos também se viram pressionados a adotar regras para licenciar barragens, de modo a obter os empréstimos desejados. O licenciamento ambiental e as audiências públicas, são exemplos deste processo. Mas, além de sua precariedade, nem sempre estas normas e requisitos vêm sendo respeitados.

2. MOMENTOS FUNDAMENTAIS DA LUTA INTERNACIONAL

2.1. No final da década de 1980 surgiram alguns elementos importantes na luta internacional contra barragens. Em 1987, na Califórnia, foi fundada a ONG Rede Internacional de Rios (IRN), que desde então tem sido um dos principais articuladores da resistência internacional às barragens. Além disso, alguns movimentos locais de atingidos se tornaram mais fortes e ganharam expressão nacional como o Movimento para Salvar o Rio Narmada (Narmada Bachao Andolan - NBA) da Índia, e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) do Brasil.

2.2. Em Junho de 1994, por iniciativa do IRN e do NBA, foi lançada no vale do Rio Narmada a Declaração de Manibeli. Este documento, foi assinado por 326 grupos de 44 países e se tornou um marco na luta por maior transparência nos projetos apoiados pelo Banco Mundial. O Banco foi um dos principais financiadores de barragens do século XX. A Declaração pede uma moratória no financiamento do Banco Mundial às grandes barragens até que certas condições sejam cumpridas: criação de um fundo para reparação das pessoas compulsoriamente deslocadas sem compensação; desenvolvimento de práti-



marcha do MAB contra o BID em Fortaleza CE 2002

cas mais transparentes no momento da discussão e aprovação de projetos; avaliação independente de todas as barragens construídas com recursos do Banco.

A Declaração foi entregue ao Presidente do Banco Mundial em setembro de 1994, durante as comemorações de 50 anos da instituição. Apesar de nunca ter respondido formalmente a esta carta, 4 meses depois de recebê-la, o Departamento de Avaliação do Banco iniciou a primeira avaliação de um conjunto de barragens que tiveram seu apoio. A Declaração de Manibeli é dedicada "à heróica resistência da população da vila de Manibeli e de outras no vale do Rio Narmada ao projeto da Barragem de Sardar Sarovar, e aos milhões de deslocados por barragens de todo o mundo".

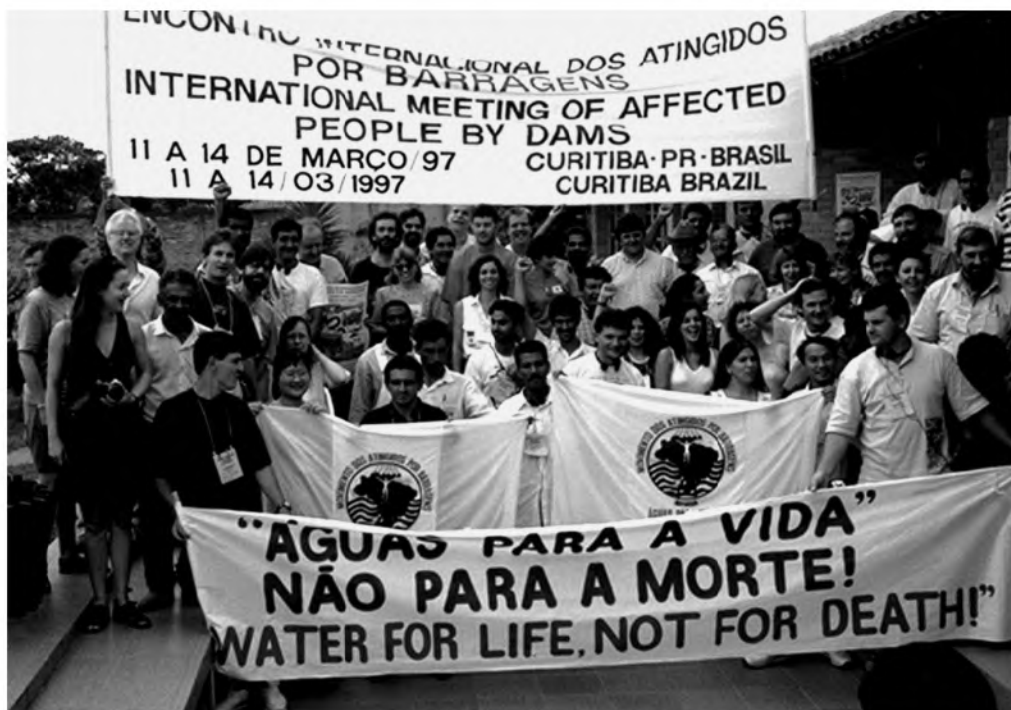
2.3. O momento seguinte na construção de um movimento internacional contra barragens foi idealizado e conduzido pelo MAB. Em dezembro de 1993, no II Congresso Nacional do MAB, surgiu a proposta de um Encontro Internacional de Atingidos.

O primeiro passo dado nesta direção foi um encontro preparatório em Itamonte, Minas Gerais, que o MAB organizou em setembro de 1995, com o apoio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), FASE e IBASE. Também foi impor-

tante a ajuda de alguns amigos internacionais. Neste evento um comitê organizador foi escolhido contando com a participação dos americanos da Rede Internacional de Rios (IRN), dos indianos do Movimento para Salvar o Rio Narmada (NBA), dos chilenos do Grupo de Ação pelo Bio Bio (GABB), dos europeus da Rede Européia de Rios (ERN), e do próprio MAB. Dois anos mais tarde a idéia se tornou realidade.

2.4. Em Março de 1997, na cidade de Curitiba, ocorreu o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens. Neste encontro estiveram presentes representantes de movimentos sociais e ONGs de 20 diferentes países do mundo.





DECLARAÇÃO DE CURITIBA PELO DIREITO À VIDA E AOS MODOS DE VIDA DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS

Aprovada no I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, Curitiba, Brasil, 14 de Março de 1997

Nós, pessoas de 20 países, reunidas em Curitiba, Brasil, representando organizações das populações atingidas e movimentos de oposição a barragens destrutivas, partilhámos nossas experiências de perdas e de ameaças enfrentadas por causa das barragens. Embora essas experiências reflitam a diversidade de nossas culturas e realidades sociais, políticas e ambientais, nossas lutas são uma só.

Nossa luta é a mesma porque por toda parte as barragens expulsam as pessoas de suas casas, inundam terras agrícolas férteis, florestas e lugares sagrados, destroem reservas pesqueiras e de abastecimento de água potável, provocam a desintegração social e cultural, assim como o empobrecimento econômico de nossas comunidades.

Nossa luta é a mesma porque por toda parte existe uma grande distância entre os benefícios econômicos e sociais prometidos pelos construtores de barragens e a realidade do que acontece após a construção. Barragens quase sempre têm custado mais

do que projetado, mesmo se não se incluem os custos sociais e ambientais. Barragens têm produzido menos eletricidade e irrigado menos terras do que foi prometido. Elas tornaram as enchentes ainda mais destruidoras. Elas beneficiaram latifundiários, grandes empresas agroindustriais e especuladores. Elas expropriaram pequenos agricultores, trabalhadores rurais, pescadores, comunidades indígenas, tribais e tradicionais, comunidades remanescentes de quilombos.

Nossa luta é a mesma porque estamos enfrentando os mesmos interesses poderosos, os mesmos financiadores internacionais, as mesmas agências multilaterais e bilaterais de crédito e ajuda, as mesmas empresas de construção e de produção de equipamentos, as mesmas firmas de consultoria em engenharia e meio ambiente, as mesmas corporações envolvidas com indústrias eletrointensivas fortemente subsidiadas.

Nossa luta é a mesma porque por toda parte as populações que mais sofrem por causa das barragens são excluídas dos processos de decisão. As decisões são tomadas por tecnocratas, políticos e elites empresariais que ampliam seu próprio poder e riqueza graças à construção de barragens.

Nossas lutas comuns nos convenceram de que é necessário e possível dar por encerrada a era das

barragens destrutivas. Também necessário e possível implementar modos alternativos, equitativos, sustentáveis e efetivos, de abastecimento de energia e de gestão de recursos hídricos.

Para que isso aconteça, exigimos uma real democracia, o que inclui a participação pública e a transparência no desenvolvimento e implementação das políticas energéticas e de recursos hídricos, juntamente com a descentralização do poder político e o fortalecimento das comunidades locais. Devemos reduzir as desigualdades através de medidas que incluam a democratização do acesso à terra. Também reafirmamos os direitos inalienáveis das comunidades ao controle e gestão de suas águas, terras, florestas e outros recursos e o direito de todos a um meio ambiente saudável.

Devemos avançar em direção a uma sociedade na qual seres humanos e natureza não mais sejam submetidos à lógica do mercado, onde o único valor é o das mercadorias e o único objetivo o lucro. Devemos avançar em direção a uma sociedade que respeite a diversidade, e seja fundada em relações justas e equitativas entre as pessoas, as regiões e

as nações.

Somos fortes, diversos e unidos, e nossa causa é justa. Conseguimos barrar barragens e forçamos os construtores de barragens a respeitar nossos direitos. Barramos barragens no passado, e vamos barrar muitas mais no futuro.

Comprometemo-nos a intensificar a luta contra as destruidoras barragens. Das pequenas cidades da Índia, Brasil e Lesotho até os escritórios de Washington, Tóquio e Londres, forçaremos os construtores de barragens a aceitarem nossas exigências.

Para fortalecer nosso movimento vamos construir e reforçar redes regionais e internacionais. Para simbolizar nossa crescente unidade, declaramos que o 14 de Março, Dia Nacional de Luta contra as Barragens brasileiro será, a partir de agora, o Dia Internacional de Luta contra as Barragens e Pelos Rios, Pela Água e Pela Vida.

**ÁGUAS PARA A VIDA, NÃO PARA A MORTE
AGUAS PARA LA VIDA, NO PARA LA MUERTE
WATER FOR LIFE, NOT FOR DEATH**

2.5. Depois do I Encontro Internacional, os movimentos passaram a estar mais em contato devido a uma série de eventos internacionais que culminaram na criação da Comissão Mundial de Barragens - CMB. Esta Comissão foi um fórum misto, com governos, empresas, agências multilaterais, ONGs e movimentos sociais. Durante dois anos avaliou e propôs critérios para a construção de barragens no mundo. O relatório final da Comissão incorporou algumas das reivindicações dos movimentos contra barragens apesar de muito influenciado também pelos representantes de gover-

nos e empresários.

2.6. O mais importante em todo este processo tem sido a aproximação e colaboração entre os movimentos. Com a instalação da Comissão Mundial de Barragens, foi criado o Comitê Internacional contra Barragens, pelos Rios e pelos Povos (ICDRP). Mesmo após o final da CMB, em novembro de 2000, este Comitê continuou funcionando. O II Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, na Tailândia, em dezembro de 2003, foi organizado por esse Comitê.





A LUTA DO NARMADA BACHAO ANDOLAN NA ÍNDIA

Em 1989, o crescente número de atingidos pela barragem de Sardar Sarovar no Vale do Rio Narmada e seus apoiadores se uniram em um movimento único, o Movimento para Salvar o Rio Narmada – NBA. Em 1990, o NBA adotou uma posição que se tornou o coração de sua longa batalha: o projeto deveria ser suspenso até que uma revisão independente e participativa fosse realizada. Até que isto acontecesse, os atingidos iriam se recusar a mudar para os reassentamentos, mesmo que precisassem morrer afogados no reservatório. Uma das maiores vitórias do NBA veio em 1991, quando uma longa marcha de milhares de apoiadores do movimentos e um jejum de 21 dias de alguns militantes forçaram o Banco Mundial a organizar uma avaliação independente do projeto. Esta avaliação foi profundamente crítica ao projeto e ao papel do Banco Mundial no processo. Em 1993, o Banco cancelou seu financiamento ao projeto. Mas o governo de um dos estados da Índia que seriam beneficiados com o projeto continuou interessado na Barragem de Sardar Sarovar e conseguiu os recursos necessário para completar a construção. O

enchimento do reservatório começou no período das chuvas de 1993. A polícia teve que tirar as pessoas à força de suas casas porque elas estavam dispostas a permanecer até que morressem afogadas junto com a terra. Estas cenas se repetiram muitas outras vezes pois em 1999 foi permitida uma elevação de alguns metros no tamanho da barragem que aumentou muito a área inundada.

Durante os anos 1990 o NBA também ajudou a organizar os atingidos por outros projetos no vale do Rio Narmada. Em janeiro de 2000, o canteiro de obras da barragem de Maheshwar foi ocupado pela oitava vez em três anos: 4 mil pessoas foram presas. A escritora Arundhati Roy diz que a luta do NBA “passou a representar muito mais do que a luta por um rio. O que está em questão agora é a verdadeira natureza de nossa democracia. A quem pertence esta terra? A quem pertencem seus rios? Suas florestas? Seus peixes?”

Atualmente, os militantes indianos anti-barragem estão focalizando sua atenção em formas de irrigação e abastecimento de água (que são problemas reais do país) que não sejam baseadas em grandes barragens. Para isso, estão recorrendo ao conhecimento ancestral e indígena de captação de águas que não destrói os rios e as pessoas.



A LUTA CONTRA BARRAGENS NA TAILÂNDIA

Em 1988, após muita luta, ambientalistas, pesquisadores e estudantes conseguiram impedir a construção da barragem de Nam Choan, no rio Khwae. Pouco tempo depois, o Santuário Natural Thung Yai, que seria destruído pela barragem, foi declarado Patrimônio Natural Mundial.

As lições aprendidas e as alianças construídas na campanha contra Nam Choan permitiram alcançar outras vitórias. A mais notável de todas foi o banimento nacional da atividade madeireira e o adiamento de algumas barragens.

A barragem de Pak Mun, que provocou a mais penosa e amarga batalha desde Nam Choan, infelizmente foi construída. Mas a longa luta das populações atingidas por compensações justas fez com que, em 1995, o Primeiro Ministro declarasse que “para o bem da proteção ambiental, a Tailândia

nunca mais irá construir barragens para produção de energia”. Hoje as populações atingidas pela barragem de Pak Mun ainda estão lutando por justas reparações dos danos causados a sua saúde e a seu modo de vida.

Além disso, o movimento dos atingidos na Tailândia faz parte de uma grande articulação nacional de movimentos populares chamada Assembléia dos Pobres, que é membro da Via Campesina. A Assembléia conta com a participação de sete grandes movimentos populares e foi fundada em 1995. Os atingidos desempenham um papel de articulação e liderança nesta que é, hoje, a principal aliança popular do país. Sua importância é tanta que o documento de fundação da Assembléia dos Pobres chama-se Carta de Pak Mun.

Por toda essa combatividade, o II Encontro Internacional de Atingidos por Barragens se realizou na Tailândia, ao lado da barragens de Pak Mun.



A LUTA CONTRA BARRAGENS NA AMÉRICA LATINA

Assim como no Brasil, em outros países da América Latina, a construção de barragens está intimamente relacionada aos interesses de empresas multinacionais em associação com regimes autoritários e formas anti-democráticas de tomada de decisões e planejamento. Boa parte dos países da América Latina viveu nos anos 1960, 1970 e 1980 sob ditaduras militares que expandiram muito a indústria de barragens no continente.

Na experiência de nossos vizinhos, a construção de barragens também afetou de forma direta comunidades tradicionais já muito fragilizadas, como é o caso das comunidades indígenas.

É o caso das comunidades negras à jusante da barragem de Urra, no Rio Sinú na Colômbia. Há anos vêm lutando por indenizações pela perda de sua principal fonte de sobrevivência, a pesca. É o caso também dos atingidos pela barragem de Yacretá, no Rio Paraná, na divisa entre o Paraguai e a Argentina. Aqui

a luta é levada adiante com a ajuda de ONGs nacionais e internacionais para que a cota do reservatório não suba, destruindo ainda mais o meio-ambiente e os modos de vida da população.

Há casos mais graves, como o das comunidades ameaçadas por diversas barragens no rio Bio-Bio, no Chile. Alguns dos projetos para o Bio-Bio já foram construídos e outros estão em fase de planejamento ou construção. Este rio, além de ser território ancestral de um grupo indígena, abastece cidades e regiões rurais totalizando mais de 1 milhão de pessoas (o Chile tem população de 15 milhões de habitantes). O alto Bio-Bio é a região de um dos grupos indígenas mais importantes e representativos do país, os índios Pehuenche. Alguns dos projetos para o Bio-Bio têm forçado uma longa batalha judicial entre a Lei de Proteção às Terras Indígenas e a Lei de Energia Elétrica do país, que foi aprovada durante o regime do ditador Pinochet e dá carta branca para qualquer projeto de geração de energia no que diz respeito às questões sócio-ambientais.

Por fim, na América Central um experiência trágica chama a atenção por vir sendo considerada em instâncias internacionais como um caso de genocídio étnico. Em 1982, na Guatemala, uma comunidade indígena Maya Achi, atingida pela barragem de Chixoy, no rio Negro, se recusou a sair de uma área que seria inundada pelo projeto, pois era sua terra

ancestral. O governo ditatorial mandou o exército para “resolver” o problema e exterminou aproximadamente 400 índios, entre eles mulheres e crianças. O caso só veio à tona em 1996, quando ONGs de luta pelos direitos humanos denunciaram o massacre em diversos fóruns internacionais

PARA A DISCUSSÃO E O ESTUDO

1. Na sua opinião, quais são os dois momentos mais marcantes para a articulação internacional dos atingidos por barragens?
2. Quais as principais deliberações do I Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens?
3. Cite dois exemplos de vitórias na história da luta dos atingidos no mundo.
4. Quais as principais formas de organização e luta utilizadas pelos atingidos do mundo ao longo da história?
5. Você já conhecia algumas destas formas de luta? Quais?
6. Como se pode fortalecer a luta internacional dos atingidos por barragens?
7. Qual a importância da luta internacional para a luta que se trava no Brasil? E na sua região?

